

ATA N.º 24/2024

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2024:

No dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas e quatro minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Julieta da Fonseca Rodrigues, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Roberto José Lopes Cortegano, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara Municipal é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doações

PONTO 2 – Aceitação de doação – ratificação

PONTO 3 – Contrato programa de cooperação financeira para atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura para aquisição de um VFCI - 1ª alteração

PONTO 4 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029

PONTO 5 – Proposta de desafetação de parcelas do domínio público municipal e sua afetação ao domínio privado do município, no âmbito de alteração ao alvará de loteamento n.º 278, Palmela

PONTO 6 – Mapa de Pessoal para o ano de 2025 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

PONTO 7 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos – Adjudicação

PONTO 8 – Empréstimo bancário de curto prazo para reforço da tesouraria

PONTO 9 – Alienação de terrenos – Hasta Pública

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Palmela e Agrupamento de Escolas José Saramago para aquisição de cadernos de atividades - 1.º e 2.º ciclos do ensino básico – ano letivo 2024/2025 – Acerto

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 19/2024, da reunião ordinária de 18 de setembro de 2024.

A ata foi aprovada por unanimidade. Não participou na votação a Sra. Vereadora Julieta Rodrigues, uma vez que não esteve presente na referida reunião.

— ATA n.º 21/2024, da reunião ordinária de 16 de outubro de 2024.

A ata foi aprovada por unanimidade. Não participou na votação a Sra. Vereadora Julieta Rodrigues, uma vez que não esteve presente na referida reunião.

— ATA n.º 22/2024, da reunião ordinária de 13 de novembro de 2024.

A ata foi aprovada por unanimidade. Não participaram na votação as Sras. Vereadoras Mara Rebelo e Julieta Rodrigues e o Sr. Vereador Carlos de Sousa, uma vez que não estiveram presentes na referida reunião.

O **Sr. Presidente** salienta que, como é do conhecimento de todos, lavrar as atas e tê-las disponíveis a “tempo e horas” é uma tarefa de enorme complexidade, pois, tratando-se de reuniões onde se fala muitas horas, é sempre uma situação onde é difícil registar tudo. Salienta ainda que, com a gravação e com outros mecanismos, tem existido a oportunidade de conferir, com mais rigor, não havendo dúvidas daquilo que é dito e escrito.

Neste sentido, deixa, publicamente, um agradecimento e um louvor a uma dedicada equipa de serviços administrativos da Divisão de Atendimento e Administração Geral, de apoio aos órgãos municipais, onde se inclui o Chefe de Divisão e o reforço de uma trabalhadora afeta à Divisão de Bibliotecas e Património Cultural. Agradece ao Chefe de Divisão, Dr. Pedro Ferreira, e às trabalhadoras Ana Paula Neves, Patrícia Coutinho e Andrea Nunes.

Assume que não tem ideia de, como agora, haver um período onde as atas estão praticamente em dia, estando a aprovar a ata da penúltima reunião de Câmara Municipal.

Considera que, com esta equipa, foi atingido o objetivo de estar em dia, e observa que este é um ato que deve ser sublinhado e que merece o agradecimento a toda a equipa pelo seu desempenho.

ATOS PRATICADOS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de Urbanismo:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos atos praticados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 20/11/2024 a 02/12/2024.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – No âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 21/11/2024 a 03/12/2024.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 21/11/2024 a 02/12/2024.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pelo Sr. Diretor de Departamento, Dr. Paulo Pacheco e pelo Sr. Chefe de Divisão, Dr. Pedro Jorge Ferreira, no âmbito do Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 20/11/2024 a 03/12/2024.

Contabilidade

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 20/11/2024 a 03/12/2024, no valor de 2.916.714,40 € (dois

milhões, novecentos e dezasseis mil, setecentos e catorze euros e quarenta cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

Tesouraria

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 04/12/2024, apresenta um saldo de 9.737.721,26 € (nove milhões, setecentos e trinta e sete mil, setecentos e vinte e um euros e vinte e seis cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 6.985.446,66 € (seis milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.752.274,60 € (dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e quatro euros e sessenta cêntimos).

Retirada o Ponto 5 da Ordem de trabalhos:

O **Sr. Presidente** submete a votação a retirada do Ponto n.º 5, pertencente ao DAU/DEPUR, com a designação "Proposta de desafetação de parcelas do domínio público municipal e a sua afetação ao domínio provado do município, no âmbito de alteração ao alvará de loteamento n.º 278, Palmela". Esclarece que esta situação se deve ao facto de um conjunto de atos de natureza jurídico-administrativa não terem sido concluídos a tempo para poderem trazer a presente proposta à colação.

Votada a retirada o Ponto 5 da Ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- . **Saudação** (Dia Internacional dos Direitos Humanos) – pelos eleitos do PS

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

- . **Saudação** (Saudação – 1ª Edição do Concelho Nacional da Costa Castelão 2024 – Adegas do Concelho) – pelos eleitos da CDU

Aprovado, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

A **Sra. Vereadora Julieta Rodrigues** cumprimenta todos os presentes e apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Dia Internacional dos Direitos Humanos) – pelos eleitos do PS

«Comemora-se no próximo dia 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos. A data em que em 1948, há 76 anos, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É um dos mais importantes documentos que visa a proteção dos direitos humanos indicando a necessidade do respeito universal pelos mesmos.

Constatamos o atual recrudescimento a nível nacional e internacional da xenofobia e do discurso do ódio.

A perpetração de atrocidades, crimes contra a Humanidade nas guerras em curso na Europa, no Médio Oriente e em África.

A pobreza e a fome aumentam assim como as desigualdades.

A igualdade entre mulheres e homens ainda tem um longo caminho a percorrer até ser atingida.

A crise climática é também uma crise de direitos humanos que atinge os mais vulneráveis.

Tudo contra a ideia da dignidade humana considerando a vida, a segurança, a liberdade de expressão e religiosa, a saúde, o trabalho e a educação.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida em 4 de dezembro de 2024 vem saudar e lembrar os valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos considerando-os como um farol que nos deve guiar a todos para um mundo mais digno, mais seguro, mais estável.»

Sobre a Saudação (Dia Internacional dos Direitos Humanos) intervém:

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** cumprimenta todos os presentes e refere que acompanha a saudação aos direitos humanos. Informa que o Município acompanha e está a trabalhar num conjunto de iniciativas com as escolas, movimento associativo e IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social). Dá nota que, integrado no programa do Dia Internacional dos Direitos Humanos, data que surge em articulação com as comemorações do Dia Internacional da Cidade Educadora e em alinhamento com a edição 2024 da campanha local “Educar com sentido é ir no sentido de todos”, estão previstas uma série de iniciativas com as escolas, nomeadamente com a Escola Secundária de Palmela, da qual deixa o convite a todos, que reúne uma mostra de Direitos Humanos no Feminino, entre 10 e 17 de dezembro.

Considera que os Direitos Humanos são universais, não têm idade, cor, religião, género ou barreiras linguísticas.

Deixa o convite a todos para que possam visitar a mostra.

Partilha igualmente que, no seguimento de todas essas iniciativas e das conversas do projeto educativo local de Palmela em torno “Envelhecer em Liberdade”, decorreu também, na Escola Secundária de Pinhal Novo, onde teve oportunidade de estar presente, e no âmbito do Dia Internacional das Cidades Educadoras, com a presença da autora do livro “A última solidão”, uma iniciativa onde foram abordadas questões como a alteração da cultura do cuidado dos mais idosos, situações de violência, adultos de mais idade que persistem nas instituições, a nível nacional, a prática da contenção física a idosos em instituições de saúde e estruturas residenciais para pessoas idosas e que motivou o lançamento da petição “Proibição da contenção física a idosos”, lançada em 2024 pela enfermeira Carmem Garcia, que esteve presente na apresentação do livro, que defende a transversalidade dos direitos humanos que começam desde o nascimento até ao último momento.

Conclui, reforçando que acompanham a saudação e salienta que continuarão a trabalhar sobre estes temas.

Submetida a votação a Saudação (Dia Internacional dos Direitos Humanos), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta todos os presentes e apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Saudação – 1ª Edição do Concelho Nacional da Costa Castelhã 2024 – Adegas do Concelho) – pelos eleitos da CDU

«Decorreu no passado dia 29 novembro em Palmela, a Cerimónia de entrega de prémios da 1.ª Edição do Concurso Nacional da Casta Castelhã, evento único, que se destina a produtores víquicos 100% de Casta Castelhã.

Iniciativa organizada pela Câmara Municipal de Palmela em parceria com a Associação de Escanções de Portugal e a ARVPS - Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, com o apoio da CVRPS – Comissão Vitivinícola da Península de Setúbal, e presidido pelo IVV – Instituto da Vinha e do Vinho.

Contou com um painel de profissionais altamente qualificados na área vínica, onde estiveram representados 23 produtores das regiões da Península de Setúbal, Alentejo, Tejo e Lisboa, destacando-se atribuição do Prémio Especial para o Melhor Vinho Castelhã, o Vale de Touros Vinhas Velhas Reserva, 2019 da Adega de Palmela.

Desta edição resultaram, 9 Medalhas de Ouro e 22 Medalhas de Prata, de entre as quais 6 Medalhas de Ouro e 6 Medalhas de Prata foram conquistadas por Adegas do Concelho, a saber:

Medalha de Ouro:

Quinta da Mimosa, 2022 – Casa Ermelinda Freitas

Quinta da Invejosa Vinhas Velhas, 2020 – Filipe Palhoça Vinhos

Vale de Touros Vinhas Velhas Reserva, 2019 – Adega de Palmela

Camolas Garrafeira – Edição Comemorativa 25 Anos, 2017 - Adega Camolas

Quinta do Monte Alegre Herança de Família Castelão Reserva, 2019 – Fernando Santana Pereira

Foral de Palmela, 2019 – Venâncio da Costa Lima

Medalha de Prata:

Cascalheira Castelão, 2023 – ASL Tomé

São Filipe Rosé, 2023 – Filipe Palhoça Vinhos

Serra Mãe Reserva, 2021 – Sociedade Vinícola de Palmela

Serra Mãe Castelão, 2020 – Sociedade Vinícola de Palmela

Camolas Grande Escolha Vinhas Velhas, 2018 - Adega Camolas

Quinta do Monte Alegre Homenagem Castelão Grande Reserva, 2015 - Fernando Santana Pereira

Reunida, a 4 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela felicita as Adegas galardoadas, pelo excelente trabalho de promoção, e pela genuinidade e motivação que empregam diariamente na produção de vinhos de grande qualidade, enaltecendo a Casta Castelão a nível nacional, honrando e valorizando a Região Vitivinícola do Concelho de Palmela.»

Submetida a votação a Saudação (Saudação – 1ª Edição do Concelho Nacional da Costa Castelão 2024 – Adegas do Concelho), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. **Eu Participo Municípes – 9 de dezembro** – O **Sr. Presidente** lembra todos os presentes que, no dia 9 de dezembro (segunda-feira), às 21h00, na Biblioteca Municipal de Palmela, decorrerá a sessão pública de encerramento do ciclo de 2024 do mecanismo de democracia participativa “Eu Participo Municípes”, na qual serão apresentados os resultados do processo de votação que decorreu no período entre 16 de setembro a 20 de outubro. Refere que serão conhecidas as propostas mais votadas em cada uma das cinco freguesias do concelho, de entre as 18 que estiveram disponíveis a votação, num processo que registou mais de 1600 votos. Dá nota que a sessão contará igualmente com a apresentação do estado/ponto de situação das propostas de ciclos anteriores que se encontram em curso e/ou por realizar.

Tendo a consciência, conforme se tem demonstrado, que é da participação que a cidadania ativa se vai construindo e fortalecendo, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do

concelho, conta com a participação de todas e todos nesta sessão de encerramento do ciclo de 2024.

. Workshop de cibersegurança – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha partilha uma iniciativa que considera muito importante para o tecido económico do concelho, sobre um tema que está na ordem do dia.

Informa que Município de Palmela, acolhe, no próximo dia 10 de dezembro, pelas 10h00, no Espaço Fortuna, a realização de um workshop dedicado à Cibersegurança, com o objetivo de capacitar as pequenas e médias empresas (PME) da Área Metropolitana de Lisboa, para enfrentarem os desafios crescentes das ameaças digitais.

Dá nota que o workshop é organizado pela AIP - Associação Industrial Portuguesa, enquanto membro do consórcio do Centro Regional de CiberSegurança da Área Metropolitana de Lisboa, com o apoio da Câmara Municipal de Palmela, esse workshop conta com 4 módulos, subordinados aos temas "Introdução à Cibersegurança e Principais Ameaças"; "Boas Práticas em Segurança Digital"; "Proteção de Dados e Gestão de Acessos" e "Como Responder a um Incidente de Segurança".

Conclui, informando que a participação é gratuita, mediante inscrição prévia, e deixa o convite e o apelo à participação das empresas.

. Concurso para requalificação do edifício dos paços do concelho a decorrer – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho cumprimenta todos os presentes e dá nota que está a decorrer o concurso para a obra de requalificação do edifício dos paços do concelho.

Informa que o procedimento tem o valor de 474 510,32€, considerando o IVA, e visa assegurar a recuperação e requalificação de zonas ainda não intervencionadas.

Transmite que será criado um novo espaço de acolhimento e entrada, no piso térreo, organizando o acesso ao edifício e a distribuição no interior, as infraestruturas elétricas, de segurança, águas e comunicações vão ser renovadas, as salas ainda não intervencionadas vão ser remodeladas e será criada uma nova instalação sanitária de apoio.

Salienta que a obra visa assegurar a conservação e beneficiação do edifício, com respeito pelas suas características e melhorar as condições para munícipes, para outras e outros visitantes e para quem trabalha no edifício.

Relembra que, face às suas características e ao facto de estar ocupado, o edifício dos paços do concelho tem vindo a ser intervencionado faseadamente, destacando obras estruturais já concretizadas como a recuperação e beneficiação da cobertura, substituição de vãos, reabertura

do antigo saguão e intervenção parcial no antigo sótão, tal como o salão nobre que foi recuperado e tornado acessível.

Conclui, informando que esta obra visa beneficiar as restantes áreas interiores.

. Conselho Local de Ação Social de Palmela aprova instrumentos de planeamento – A Sra. Vereadora Maria João Camolas dá nota que, no âmbito da atividade da Rede Social, o Conselho Local de Ação Social de Palmela aprovou, em plenário, o Diagnóstico Social 2024 e o Plano de Desenvolvimento Social 2025-2030.

Informa que, numa fase inicial, com a assessoria do Instituto Politécnico de Setúbal e, na fase final, com o apoio da equipa do Projeto Radar Social, foram desenvolvidos e concluídos os instrumentos de planeamento estratégico da Rede Social que caracterizam e definem as principais linhas de intervenção social.

Transmite que as metodologias adotadas incluíram abordagens quantitativas e qualitativas, bem como a aplicação de questionários, oficinas de trabalho e grupos focais.

Partilha que os documentos estão disponíveis no site do Município, na área de intervenção social.

. “Cabaz Solidário Saudável” – 4.ª distribuição do ano reforça rede de apoio alimentar – A Sra. Vereadora Maria João Camolas partilha que se encontra a decorrer a 4.ª distribuição do Cabaz Solidário Saudável.

Informa que o projeto “Cabaz Solidário Saudável” constitui-se como uma medida que pretende concretizar um apoio fundamental às famílias em condição de fragilidade social e económica, bem como reforçar, diversificar e complementar o cabaz de bens alimentares distribuído pelo Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal.

Neste âmbito, dá nota que, na presente semana, encontra-se a decorrer a 4ª distribuição do ano, em estreita articulação com a rede local, concretamente, Centro Social de Palmela, Centro Social da Quinta do Anjo, Grupo Sóciocaritativo da Paróquia do Pinhal Novo, Grupo Sóciocaritativo da Igreja de Nossa Senhora das Graças do Poceirão e Grupo Sóciocaritativo de S. Pedro da Marateca.

Informa ainda que os cabazes são constituídos, essencialmente, por produtos à base de proteína animal (carne de aves) ao que, apenas nesta edição, acresce bacalhau.

Transmite que, para a presente distribuição, foram adquiridos 190 cabazes, a distribuir por 175 famílias, correspondendo a um universo de 546 pessoas, num valor total de 5.049,84€ (cinco mil e quarenta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos).

Conclui, dando nota que, com esta última distribuição anual, o projeto permitiu apoiar 2176 pessoas, integradas em 705 famílias, com um total de 763 cabazes, num valor total de 20.154,84€.

. Alterações de trânsito no Centro Histórico de Palmela a partir de 4 de dezembro – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que hoje entraram em vigor algumas alterações de trânsito no Centro Histórico de Palmela.

Dá nota que o sentido de circulação é invertido na Rua General Amílcar Mota (entre o Largo de S. João e a Rua Vasco da Gama), Rua Infante D. Henrique (entre a Rua General Amílcar Mota e a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral) e no troço da Travessa da Olivença entre a Rua da Olivença e a Rua General Amílcar Mota.

Refere que esta alteração recolheu o parecer positivo do Gabinete do Centro Histórico, da Divisão de Serviços Urbanos do Município, do Serviço Municipal de Proteção Civil, da Junta de Freguesia de Palmela e da GNR.

Salienta que, com estas alterações, a área de corte de trânsito ficará muito mais reduzida e apenas serão necessários implementar dois pontos de corte de trânsito, o que permitirá garantir o Largo de São João sem trânsito rodoviário, no período de festas e eventos, com um menor impacto na circulação local, menor incomodo dos moradores, comércio e serviços existentes no local, reduzindo e simplificando as necessidades de apoio logístico e de recursos.

Conclui, referindo que o Município de Palmela pretende aumentar as condições de segurança durante a realização de eventos festivos, culturais e desportivos no Largo de S. João e reduzir os impactos nas necessidades de circulação da população residente no decorrer destes eventos.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Carlos de Sousa e Roberto Cortegano:

. Carros abandonados na Estrada de Vale d'Alhos, em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Carlos de Sousa cumprimenta todos os presentes e informa que restou um veículo abandonado na Estrada de Vale d'Alhos, em Quinta do Anjo, junto à zona urbana. Refere que a informação que possui é que o veículo ainda se encontra no local porque existem questões com tribunais, pelo que a Câmara Municipal foi “obrigada” a não poder intervir.

Sabendo a forma como funcionam os tribunais, questiona se a autarquia não pode retirar o veículo e coloca-lo num dos seus parques, pois o mesmo já se encontra nesse espaço há três anos e irá continuar.

. Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Palmela – O Sr. Vereador Carlos de Sousa menciona que o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Palmela foi aprovado recentemente em reunião do CLASP (Centro Local de Ação Social de Palmela). Segundo as pesquisas que efetuou, o anterior plano era do período de 2015/2019, pelo que questiona qual a razão de um atraso tão grande (independentemente do atraso provocado pela Pandemia Covid-19), pois já estão no final do ano 2024.

. Iluminação de Natal no Concelho – O Sr. Vereador Carlos de Sousa manifesta a sua preocupação com a situação financeira da Câmara Municipal de Palmela, pois as iluminações de Natal existentes no concelho são, na sua opinião, muito pobres. Refere que está a ser irónico quanto à má situação financeira da Câmara Municipal, pois considera que o Concelho de Palmela, na vila de Palmela e nas zonas mais visitadas, mereciam um pouco mais.

. Acumular do lixo e limpeza na Venda do Alcaide - O Sr. Vereador Roberto Cortegano cumprimenta todos os presentes e volta a referir-se ao acumular de lixo e limpeza de uma zona na Venda do Alcaide, na Rua das Serralheiras, perto da Estação da Venda do Alcaide, situação que já foi reportada por diversas ocasiões em reunião de Câmara Municipal.

Dá nota que possui fotos que irá partilhar. Lembra que, da última vez, foi informado que a Câmara Municipal atuou, tendo procedido à limpeza. Considera que a falta de civismo é, de facto, muito grande e que a zona em questão parece que está a tornar-se muito complicada com lixo, pois até empresas lá depositam. Sugere que existam medidas de fiscalização ou de prevenção, pois as situações repetem-se e não há quem as resolva.

Às questões apresentadas pelos Srs. Vereadores Carlos de Sousa e Roberto Cortegano, são dadas as seguintes respostas:

. Carros abandonados na Estrada de Vale d'Alhos, em Quinta do Anjo – O Sr. Presidente pede esclarecimento ao **Sr. Vereador Pedro Taleço**.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta todos os presentes e refere que não irá colocar em causa a informação do **Sr. Vereador Carlos de Sousa**, que foi prestada pela Junta de Freguesia. Esclarece, contudo, que a mesma está equivocada pois, há muitos anos, que a autarquia não depende dos tribunais e das finanças. Dá nota que foi criado um parque para recolha, que fica junto ao parque de pesados, que permite aguardar o desenrolar dos processos, sem que os veículos fiquem a deteriorar-se na via pública. Relativamente ao caso em apreço, informa que o mesmo encontra-se num prédio privado – artigo n.º 1, secção M – Quinta do Anjo, pelo que não

estando num estado de ser considerado resíduo ou sucata, a Câmara Municipal não tem poderes para o retirar, nem para notificar o privado.

. **Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Palmela – O Sr. Presidente** solicita à **Sra. Vereadora Maria João Camolas** que preste o devido esclarecimento.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** dá nota que acompanhou o processo já no final do último trimestre de 2021, início de 2022. Menciona que se trata de um processo longo, que envolve várias instituições e que, nem sempre, tiveram um feedback atempado das mesmas para que o trabalho pudesse ter o desenvolvimento desejado, tendo iniciado o trabalho com o Instituto Politécnico de Setúbal. Salienta que o Conselho Local de Ação Social não tem os melhores recursos humanos e financeiros para ajudar na resposta pois, caso contrário, a resposta seria mais célere. Considera que, ainda assim, foi um trabalho profícuo, que teve um empenho de todas as instituições envolvidas. Informa que, na fase final tiveram condições, até por via do Radar Social, de agarrar nos documentos e concluir a parceria, tendo o protocolo com o Instituto Politécnico de Setúbal incrementado uma outra análise.

Conclui, referindo que foi um trabalho desenvolvido por todos os parceiros.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** lembra que, por diversas vezes, já tinham questionado o ponto de situação do plano. Considera que, ao fim de tantos anos, a resposta que Sra. Vereadora Maria João Camolas apresentou não é justificável, quer em termos de recursos físicos ou financeiros, pois a ação social não tem gasto a verba toda que tem estado orçamentada. Mais considera que não será esse o motivo pelo qual o plano não está desenvolvido e que existe, objetivamente, algum entrave com a instituição universitária que se encontra a apoiar, que não está a ser bem resolvido. Observa que não existe nada que justifique o atraso, até porque todos sabem que se trata de um plano que é estruturante para o concelho, pois não estão a falar de um documento que irá ficar fechado “na gaveta”. Lembra que, há algumas reuniões, mencionou que estão a correr o risco de ter um plano final, quando já devia estar implementado, obrigando a efetuar um novo plano, pois o atual fica sem qualquer efeito. Tratando-se de uma questão pertinente, solicita que o executivo partilhe o que, de facto, não está a correr bem com este processo.

O **Sr. Presidente** intervém, referindo que todas as questões são legítimas, mas nem todas deverão ser tomadas em devida consideração na aceção de que “houve” atraso ou que, por essa via, inferir que não houve trabalho, bem pelo contrário. Dá nota que o Município, como é sua obrigação, nesta ou em outras matérias, não está à espera dos planos para intervir, pois tem linhas orientadoras para operacionalizar políticas diariamente, algumas que estão já em alinhamento com as conclusões do plano. Informa que a equipa externa – a universidade -, a quem foi adjudicado o trabalho, teve algumas dificuldades em responder a tempo e com

qualidade. Dá como exemplo a adjudicação do leite escolar, cujo processo tem agora de ser anulado porque a empresa não está a cumprir, tendo que seguir com um ajuste direto.

Garante que não existiu da parte dos serviços o impedimento de aplicar qualquer medida estruturante na matéria e que, mantendo-se atuais, grande parte das linhas do anterior plano, sabem quais são os eixos prioritários de intervenção.

Dá nota que existem outros fenómenos que estão a ter também linhas de trabalho explanadas no plano e que não existiu qualquer prejuízo para o trabalho e para a comunidade, no que concerne a essa matéria.

Lembra que incidentes desta natureza acontecem todos os dias, em todo o lado, em todos os processos e em todas as organizações nacionais, locais, internacionais.

Refere que não deixaram de fazer um *pressing* para o concluir o plano em 2024 e considera que esse é um aspeto importante, pois sentiram que não podiam demorar mais tempo, tendo resolvido todas as situações com a entidade universitária e, através da adesão ao Radar Social, com a respetiva constituição de uma equipa altamente qualificada para a área, conseguiram concluir o trabalho e apresentá-lo à Rede, cuja a aprovação mereceu congratulação e elogio.

Considera que está na altura de se olhar para o plano, publicar no site da Câmara Municipal, divulgar e perceber que o que está definido no plano encontra-se plasmado nas ações das Grandes Opções do Plano e nas políticas municipais que querem ver implementadas.

Transmite que não irão valorizar mais o incidente e considera que não houve qualquer vazio, porque não deixou de existir trabalho nas linhas de ação.

Refere que, como é do conhecimento, o diagnóstico é feito mensalmente, ao dia, tendo sido efetuadas muitas ações sem o plano, que agora o mesmo está a pressupor, dando como exemplo o atendimento ao emigrante.

Alude que existem outras linhas que terão de implementar, tal como acontece com outros planos, situação que vem confirmar que os trabalhos têm de ser feitos, existindo agora um horizonte - questiona de quantos em quantos anos o plano é revisto - para se poder trabalhar no plano.

Neste momento alguém responde de 3 em 3 anos, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** conclui que o atual plano terá vigência até 2030, mas tem que ser revisto de 3 em 3 anos.

. **Iluminação de Natal no Concelho** – O **Sr. Presidente** esclarece que o investimento é global, havendo uma série de atividades em torno da quadra que dinamiza os artesãos, vendedores de comércio local e a comunidade.

Solicita ao **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** que preste o devido esclarecimento.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** agradece a questão do **Sr. Vereador Carlos de Sousa** pois permite-o esclarecer e elucidar relativamente ao trabalho da Câmara Municipal nesta matéria.

Começa por partilhar que a equipa técnica fez o possível com o orçamento disponível. Refere que gostava de ter as iluminações semelhantes ao que vê em Lisboa ou em outras cidades, mas sabe que não é possível. Salaria que foi possível manter todos os locais, habitualmente iluminados, sem redução de quantidade, existindo a necessidade, em alguns casos, de optar por soluções menos impactantes, por forma a acomodar os custos totais da implantação. Dá nota que o programa “Viva o Natal no Município de Palmela” não se circunscreve apenas às iluminações de Natal, pois a estratégia que desenvolveram para assinalar a data preveem 145 ações distribuídas pelas 5 freguesias, iniciativas relacionadas com música, oficinas gastronómicas, espetáculos de magia, animação de rua, teatro, dança, mercadinhos de natal, existindo também um conjunto de iniciativas nos mercados municipais e mercados de rua. Sublinha o programa de Pinhal Novo que já iniciou, com um conjunto alargado de iniciativas e muito participadas, o presépio etnográfico que será disposto na vila de Palmela, com figuras religiosas e etnográficas e a tenda que terão, com a apresentação de vários espetáculos e várias animações de natal envolvendo, sobretudo, as associações locais, artesãos e empresas, no sentido de dar um contributo e apoio que consideram muito importante ao comércio local.

Considera que o espírito de Natal está a ser vivido de forma intensa no concelho de Palmela, nas 5 freguesias, tendo sido objetivo mobilizar as comunidades locais, as associações locais, empresários, vários produtores, no sentido de construir um programa alargado, diversificado e com qualidade, que dê oportunidades de dinamização da economia e permita, àqueles que visitam Palmela, comprarem os produtos locais e investirem em ofertas adquiridas no comércio local.

Conclui assim que, existem diversas ações e um programa que consideram de qualidade, que vai muito além das iluminações de natal.

O **Sr. Presidente** acrescenta que a Câmara Municipal investe com “conta, peso e medida”. Considera que o Natal se celebra numa outra lógica comunitária e que os apontamentos de iluminação que têm são ajustados. Refere que procuraram fazer o que fazem todos os anos: dar prioridade aos mercados de natal, mercadinhos de natal e colocar todas as comunidades a “mexer”.

. Acumular do lixo e limpeza na Venda do Alcaide – O Sr. Presidente solicita à **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** que preste os devidos esclarecimentos.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** começa por concordar quando o Sr. Vereador Roberto Cortegano menciona a falta de cidadania que continua a existir por parte de alguns cidadãos. Refere que, depois, a fatura é paga por todos porque é o dinheiro público que terá de ser investido para limpar o que resulta desses atos de cidadania. Assegura que procurarão, uma vez mais, em articulação e colaboração do Gabinete de Fiscalização – que tem poucos meios para um concelho de 465 quilómetros quadrados -, ter uma especial atenção a esse local. Informa que procurará colocar uma placa com a informação de que o abandono de resíduos é crime.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço**, na sequência do que foi referido pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, complementa a informação, dando nota que, no caso específico das Serralheiras, existe processo constituído, mas sem possibilidade de identificar os infratores, o que na prática, não irá levar o processo a “lado algum”. Considera que a vigilância do território também é um ato de participação.

Mais considera que toda esta matéria implica investimentos com fundos que não são gastos noutras matérias, para servir toda a população.

Informa que estão a tentar reforçar a ação com algumas empresas de vigilância, sendo os resultados parcos, porque as empresas vigiam os locais onde fazem deposição, para conseguirem detetar.

Assegura que as deposições são efetuadas por empresas - são difíceis de identificar, porque existe o cuidado de não depositar matéria que os identifica, - não por particulares, a quem todos pagam a taxa de deposição, que depois não a gastam e fazem estes despejos ilegais.

Apela e solicita à população que colabore com a autarquia, no sentido de reportar essas matérias, através do canal de denúncia existente para o efeito, onde é fácil efetuar o registo, sendo a questão da proteção de dados assegurada pelo Gabinete de Fiscalização.

Termina, apelando que todos, juntos, cuidem do território, porque é uma escala que se está a tornar incomportável, quer em termos das deposições, quer de diversidade dos locais de deposição.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** adita que sobre a questão da denúncia, existe uma campanha de sensibilização, com um QR Code, que permite o munícipe utilizar um formulário para informar ou denunciar.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara Municipal é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doações.

PROPOSTA N.º GAP 01_24-24:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de empresas e instituições.

Nesse contexto, as empresas, que a seguir se identificam, manifestaram a sua intenção de efetuar donativos, monetários e em espécie, à Câmara Municipal de Palmela.

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
Auto Júlio NIF: 501864768	Doação monetária	Natal na Vila – Viva o Natal no Pinhal Novo	1.500,00 euros (Mil e quinhentos euros)
Centesol, Construções SA NIF:500850917	Doação monetária (a realizar diretamente à associação)	Natal na Vila – Viva o Natal no Pinhal Novo	1.000,00 euros (Mil euros)
Centesol, Construções SA NIF:500850917	Edição de publicação	Programa Mecenaz de Pamela 2025	1.354,00 euros (Mil trezentos e cinquenta e quatro euros)
Novo Banco NIF: 513204016	Doação monetária (a realizar diretamente à associação)	Social Jean Émile Anizan	1.000,00 euros (Mil euros)
Makro NIF: 502030712	Doação de 40 garrafas de azeite de 250 ml Oliveira da Serra	Apoio a famílias carenciadas	107,60 euros (cento e sete euros e sessenta centimos)
		TOTAL	4.971,60 euros (quatro mil novecentos e setenta e um e euros e sessenta centimos)

Assim, nos termos do disposto na alínea j) do nº1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aceitação das presentes doações.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Aceitação de doação - ratificação

PROPOSTA N.º GAP 02_24-24:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de empresas e instituições.

Nesse contexto, foi aceite, nos termos do disposto na alínea j) do nº1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, uma doação efetuada pela seguinte empresa, conforme a informação técnica que se anexa.

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
Manuel Aniceto, Construções Lda NIF: 514563656	Saibro para recinto	Feira Medieval de Palmela	1068,53€ (Mil e sessenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos)

Tendo em conta a impossibilidade de reunir, em tempo útil, a câmara municipal, a aceitação da doação foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 25 de setembro de 2024, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, do RJAL.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, propõe-se a ratificação da aceitação da doação objeto da presente deliberação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Serviço Municipal de Proteção Civil

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Contrato programa de cooperação financeira para atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura para aquisição de um VFCI – 1.ª alteração

PROPOSTA N.º SMPC 01_24-24:

«A 21 de fevereiro do corrente ano, a Câmara Municipal de Palmela aprovou a celebração de Contrato Programa de Cooperação Financeira entre o Município e a Associação Humanitária dos

Bombeiros Mistos de Águas de Moura, para apoio à aquisição de um Veículo Florestal de Combate a Incêndios (VFCI).

Nos termos do nº3 da Cláusula Segunda do referido Contrato Programa, aprovou na mesma data a atribuição de apoio financeiro no valor de 59.890,00 € (cinquenta e nove mil oitocentos e noventa euros) à Associação, correspondente a 20% do valor total do apoio municipal.

Ainda de acordo com o nº3 da Cláusula Segunda do citado Contrato, a segunda tranche, correspondente aos restantes 80% do valor do apoio municipal, deveria ser paga em 2025.

No entanto, face à disponibilidade de entrega do referido VFCI desde o mês de novembro de 2024, e existindo disponibilidade orçamental por parte da autarquia, estão criadas as condições para antecipar a transferência de parte da comparticipação definida no Contrato Programa.

Assim, no nº3 da Cláusula Segunda do referido Contrato Programa, onde se lê:

- 1. A Câmara Municipal de Palmela compromete-se a transferir os seguintes valores, em duas tranches:*
 - i. Primeira tranche, no valor correspondente a 20% do montante total, com a adjudicação, em 2024;*
 - ii. Segunda tranche, no valor correspondente a 80%, em 2025.*

Deve ler-se:

- 2. A Câmara Municipal de Palmela compromete-se a transferir os seguintes valores, em três tranches:*
 - iii. Primeira tranche, no valor correspondente a 20% do montante total, com a adjudicação, em 2024;*
 - iv. Segunda tranche, no valor correspondente a 60%, após confirmação da entrega do veículo, em 2024.*
 - v. Terceira tranche, no valor correspondente a 20%, em 2025.*

Face do exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea o) e u) do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

1. Aprovar a 1ª alteração ao Contrato Programa de Cooperação Financeira entre o Município de Palmela e a Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura, nos termos da minuta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta;
2. Nos termos do nº3 da Cláusula Segunda do referido Contrato Programa, aprovar a atribuição de apoio financeiro no valor 180.000,00 € (cento e oitenta mil euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura, correspondente a 60% do valor total do apoio municipal.

Código Orçamental: 01.02.04/08.07.01

Código GOP: 1.1.1.01.004 2014 A 132»

Antes de apresentar a proposta, o **Sr. Presidente** informa que se trata de uma medida que definiram como prioritária na área da Proteção Civil para o presente mandato. Refere que

propuseram, para além dos apoios às Equipas de Bombeiros Permanentes, a comparticipação, entre outros apoios que dão às três associações de bombeiros, a atribuição de uma verba de 300 mil euros a cada uma para aquisição de um veículo florestal de combate a incêndios. Lembra que já tinham aprovado e assinado um contrato-programa com a Associação de Bombeiros de Águas de Moura, onde fizeram o adiantamento de 20% para entrada da viatura, com a segunda tranche, de 80% a ser entregue em 2025. Lembra ainda que o veículo, entretanto, ficou pronto primeiro que o da Associação de Pinhal Novo, tendo sido solicitado uma alteração ao contrato para que a Câmara Municipal disponibilize a outra parte, afim de entregarem ao fornecedor da viatura, para que a mesma seja entregue ainda antes do Natal.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029

PROPOSTA N.º DAFRH 01_24-24:

«A presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano foi elaborada de acordo com as regras do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), incluindo, em termos de estrutura e conteúdos, as inovações introduzidas por este novo referencial contabilístico, que revogou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Do ponto de vista programático, o Orçamento para o ano económico de 2025 dá sequência e procura encerrar o ciclo autárquico correspondente ao quadriénio 2021-2025, pelo que as Grandes Opções do Plano incluem a maioria dos compromissos constantes do Plano de Trabalho, sancionado nas eleições de setembro de 2021, que ainda falta executar, e de outros, entretanto incorporados, em particular, os decorrentes das escolhas dos munícipes expressas no âmbito do processo «Eu Participo!».

Ainda no plano programático, o ano de 2025 dá sequência, com expressão financeira muito substantiva, à implementação da Estratégia Local de Habitação e de outros projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, espera-se, deverá dar início, em termos de execução, ao novo quadro comunitário de apoio PT 2030.

Em termos financeiros, o enquadramento macroeconómico do orçamento municipal 2025-29 é semelhante ao do ano anterior, embora mais otimista, em resultado da redução da inflação e da consequente diminuição, ainda tímida, das taxas de juro de referência. Mantêm-se, contudo, os riscos decorrentes dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, ambos com forte potencial para afetar a economia mundial. Assim, segundo as últimas estimativas de diversos organismos, o crescimento do PIB em 2024 será de 1,8% – longe dos 6,7% verificados em 2022 – prevendo-

se para os anos subsequentes valores semelhantes. O nível de incerteza continua, portanto, elevado, fazendo variar as expectativas do crescimento do PIB para 2025 entre 1,9% e os 2,4%, não se excluindo a possibilidade de a economia de alguns países entrar em recessão (como já ocorre na Alemanha), o que terá impactos na economia nacional.

Apesar deste cenário macroeconómico, onde se destaca o crescimento moderado do PIB, uma possível recessão em países relevantes para a economia europeia e o clima de incerteza gerado pelo contexto de guerra na Europa e no Médio Oriente, e apesar de ser, igualmente, notório um abrandamento do crescimento das receitas próprias, as condições de partida do exercício de 2025 são moderadamente otimistas, com disponibilidades financeiras suficientes para suportar o investimento já contratado, uma razoável «carteira» de candidaturas e/ou projetos cofinanciados aprovados (em particular do PRR), e uma confortável capacidade de endividamento, possibilitando o recurso ao crédito para financiar novos investimentos.

As preocupações mais relevantes para o próximo exercício orçamental, merecendo por isso serem destacadas, resultam de três fatores:

- O abrandamento do crescimento da receita própria: era um fenómeno expectável, tendo em consideração a conclusão do processo de transferência de competências em 2024 e o fim do empolamento das médias dos 24 meses em resultado de receitas extraordinárias ocorridas em 2023 (conforme se descreve detalhadamente no Relatório de enquadramento orçamental). Apesar de esperado, este abrandamento não foi acompanhado de movimento idêntico do lado da despesa (que cresce a ritmo superior em resultado de vários fatores, de que se destaca o défice entre transferências do orçamento de estado e os encargos do exercício de novas competências, e a forte inflação ocorrida nos dois últimos anos), pelo que será necessário, nos próximos anos efetuar ajustamentos nas duas componentes do orçamento – receita e despesa – de modo a preservar o equilíbrio das contas de que o município atualmente usufrui, fruto de uma gestão criteriosa e prudente;
- O crescimento dos preços verificado nos últimos anos, em particular o seu impacto no preço base das empreitadas, por obrigar a um maior esforço de autofinanciamento (absorvendo recursos destinados a outros fins) e ter uma repercussão em exercícios futuros, por força da aplicação, nos termos da lei, da revisão de preços;
- A diminuição significativa do saldo de gerência (que em 2023 foi cerca de 11 milhões de euros, e deverá reduzir-se para cerca de 6 milhões em 2024). Tal redução resulta da conjugação de dois fatores: utilização, em 2024, dessa disponibilidade financeira na execução de investimentos contratados e os atrasos na transferência, por parte da administração central, de participações devidas ao município por execução de projetos e ações candidatas a fundos comunitários e/ou objeto de contratos programa para a execução de obras da responsabilidade da administração central. Para se ter uma ideia do impacto desses atrasos (alguns, de quase um ano), no início de novembro, eram devidos ao município reembolsos no valor de 4,7 milhões de euros.

Estes atrasos nos reembolsos geram desequilíbrios de tesouraria que importa acautelar no próximo exercício orçamental, em particular nos primeiros meses do ano, razão pela qual se

perspetiva a contratação de um empréstimo de curto prazo de apoio à tesouraria, até ao valor máximo de 3 milhões de euros.

Neste contexto, o orçamento inicial de 2025 tem um crescimento face ao de 2024, na ordem dos 7%,

- 65,2 milhões correspondem à receita própria do município, que tem um crescimento pouco significativo (na ordem dos 0,3%; +200 mil euros);
- 7,3 milhões correspondem a comparticipações dos fundos comunitários de candidaturas aprovadas, afetos à Estratégia Local de Habitação a financiar pelo Plano de Recuperação e Resiliência - PRR e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana-IHRU e à construção da Unidade de Saúde de Quinta do Anjo;
- 2,3 milhões correspondem a transferências do orçamento de estado para financiar investimentos da responsabilidade da administração central (Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Palmela, Regularização da Ribeira da Salgueirinha (2ª fase) e Posto da GNR de Poceirão).

Em virtude de o crescimento da receita ser pouco expressivo e não resultar, em 2025 e anos seguintes, num aumento da capacidade de autofinanciamento, será necessário contratar um novo empréstimo bancário de médio e longo prazo, no valor de 2,6 milhões de euros, para financiar investimentos constantes do plano de trabalho para o mandato, inscritos ou a inscrever no Plano Plurianual de Investimentos, em aprovação pelos órgãos municipais.

Em suma, com a informação de que dispomos, podemos concluir:

1. que 2025 será um ano muito exigente em termos de gestão financeira e orçamental, devido aos constrangimentos próprios e às incertezas macroeconómicas, anteriormente descritas;
2. que, fruto das opções de gestão tomadas nos últimos anos (de agir com prudência, contendo a despesa, em particular a de natureza mais rígida e evitando cortes bruscos na estrutura da receita; de buscar permanentemente ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a libertar recursos para o investimento e para a atividade; de implementação de uma política agressiva de obtenção de apoios e financiamentos externos; de gerir os saldos de gerência com parcimónia e numa perspetiva plurianual, entre outras), o município dispõe de meios para financiar o investimento contratado e a atividade programada para 2025, e ainda, de uma capacidade de endividamento que lhe possibilita incluir novos investimentos no PPI

Financeiramente, a proposta caracteriza-se por:

1. Orçamento

O Orçamento apresenta um valor global de 83 milhões de euros, o que representa um aumento de 7% relativamente ao orçamento inicial de 2024 e menos 0,5% face ao orçamento em vigor (o qual incorpora o saldo de gerência de 2023).

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza 30,4 milhões de euros, registando uma diminuição de 2,8%, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita (36,6%). O Imposto

Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, calculado com base na média dos últimos 24 meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação Variável no IRS, Transferências de Competências no âmbito da Educação, Saúde e Ação Social e a Participação do IVA) totalizam 19,5 milhões de euros e representam 23,5% do total das receitas orçamentadas.

O capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de 2,6 milhões de euros, representa 3,2% do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de 12,5 milhões de euros, representa 15,1% do total das receitas, registando um decréscimo de 0,8% relativamente a 2024.

Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferências do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem nos 65,2 milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de 83 milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao PRR, no âmbito da Habitação, transferências de competências no âmbito da educação, ação social e saúde, bem como de verbas provenientes de investimentos financiados pelo Estado e de financiamento de empréstimos de médio e longo prazo. As despesas com investimento situam-se nos 20,9 milhões de euros no orçamento inicial.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 50,7 milhões de euros (61,1%), dos quais 20,9 milhões correspondem a investimento (41,2%);
- Pessoal: 29,8 milhões euros (35,9%);
- Despesas não imputadas às GOP: 2,5 milhões euros (3%).

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da Receita e Despesa para o ano 2025.

unidade: euro

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Diretos	30 381 492,00	36,6%	Pessoal	29 789 718,00	35,9%
Impostos Indiretos	1,00	0,0%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	20 312 370,00	24,5%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	2 633 541,00	3,2%	Encargos Correntes da Dívida	528 153,00	0,6%
Rendimentos de Propriedade	15 003,00	0,0%	Transferências Correntes	7 830 615,00	9,4%
Transferências Correntes	20 389 029,00	24,6%	Subsídios	750 000,00	0,9%
Venda de Bens e Serviços Correntes	12 516 885,00	15,1%	Outras Despesas Correntes	463 950,00	0,6%
Outras Receitas Correntes	30 000,00	0,0%			
Total Receitas Correntes	65 965 951,00	79,5%	Total Despesas Correntes	59 674 806,00	71,9%
Venda Bens de Investimento	10 675,00	0,0%	Aquisição de Bens de Capital	21 141 199,00	25,5%
Transferências de Capital	10 310 084,00	12,4%	Transferências de Capital	1 015 358,00	1,2%
Passivos Financeiros	6 691 112,00	8,1%	Ativos Financeiros	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,0%	Passivos Financeiros	1 152 011,00	1,4%
Total Receitas de Capital	17 011 873,00	20,5%	Outras Despesas de Capital	100,00	0,0%
Outras Receitas	5 650,00	0,0%	Total Despesas de Capital	23 308 668,00	28,1%
Total Receita	82 983 474,00	100,0%	Total Despesa	82 983 474,00	100,0%

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 6,3 milhões de euros, que financia despesas de capital. Nos termos da Lei n.º

73/2013, de 3 de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é cumprida, existindo um diferencial positivo de 5,1 milhões de euros.

2. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 60,1 milhões de euros, dos quais 50,7 milhões com financiamento assegurado, aumentando 10,7% quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2024, e apresenta a seguinte estrutura:

OBJETIVO	Total		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
Funções Gerais	7 348 927	6 402 012	946 915
Serviços Gerais da Administração Pública	5 261 656	4 764 741	496 915
Segurança e Ordem Públicas	2 087 271	1 637 271	450 000
Funções Sociais	39 358 933	34 107 785	5 251 148
Educação	8 136 636	7 452 367	684 269
Saúde	2 233 528	2 153 528	80 000
Segurança e Ação Social	1 216 643	1 206 643	10 000
Habituação e Urbanismo	4 781 528	3 733 540	1 047 988
Ordenamento do Território	28 580	23 580	5 000
Saneamento	6 212 040	5 578 040	634 000
Abastecimento de Água	2 240 055	1 835 055	405 000
Resíduos Sólidos	7 280 246	6 612 746	667 500
Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	1 423 298	1 128 298	295 000
Cultura	3 470 302	2 722 411	747 891
Desporto, Recreio e Lazer	2 336 077	1 661 577	674 500
Funções Económicas	11 774 298	8 525 685	3 248 613
Indústria e Energia	1 945 676	1 720 676	225 000
Transportes e Comunicações	8 690 120	5 802 807	2 887 313
Comércio e Turismo	447 570	311 270	136 300
Outras Funções Económicas	690 932	690 932	0
Outras Funções	1 649 326	1 649 326	0
Total	60 131 484	50 684 808	9 446 676

3. Atualização da Tabela de Taxas

A Lei 53-E/2006, no seu n.º 1 do Artigo 9.º, refere que os orçamentos anuais das autarquias podem atualizar os valores das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação, princípio transposto para o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Palmela (cf. Artigo 5.º do RTTM). Nesse sentido e face ao crescimento de preços verificado e seu impacto na estrutura de custos do município, considera-se imprescindível atualizar as taxas municipais, de acordo com a variação do índice preços no consumidor (IPC) dos últimos 12 meses em outubro, fixado pelo INE, em 2,2 %. Deverão ser excecionadas desta atualização as taxas fixadas por disposição legal específica e ainda a Taxa de Ocupação do Subsolo, prevista no n.º 5.1 do Capítulo VII do RTTM, visando-se, nesta opção municipal, contribuir para a atenuação do impacto do aumento do gás nos consumidores finais.

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** submeter à aprovação da

Assembleia Municipal a presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029, bem como a atualização dos valores da Tabela de Taxas em 2,2%, ao abrigo do n.º1 do artigo 9.º da Lei 53-E/2006, na sua atual redação, com exceção dos valores que nela constem que sejam fixados por disposição legal específica e da taxa prevista no n.º 5 do Capítulo VII do RTTM.»

Sobre a proposta Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029, numerada DAFRH 01_24-24, intervêm:

Depois de apresentar a proposta, o **Sr. Presidente** acrescenta a seguinte explicação:

Relativamente à implementação da Estratégia Local de Habitação e de outros projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) acrescenta que têm uma programação plurianual, até 2027, com execução de algumas obras e ações em 2025.

Quanto ao abrandamento do crescimento da receita própria, sublinha que não se vendem todos os anos os mesmos terrenos, nem a Herdade de Rio Frio, nem se cobram as taxas das Marquesas I e III, mas os orçamentos são feitos com a média dos últimos 24 meses e, como essas foram muito elevadas, assume que possivelmente não vão executar a receita a 100%. Quanto ao défice entre transferências do orçamento de estado e os encargos do exercício de novas competências dá como exemplo a Educação, onde terão uma reunião determinante na Comissão de Acompanhamento, pois o que está a acontecer é inconcebível, onde continuam a pagar mais do que recebem de transferências de competências que eram da Administração Central e que não estão a ser devidamente financiadas.

No que concerne ao crescimento dos preços verificado nos últimos anos, em particular o seu impacto no preço base das empreitadas, lembra que muitos concursos ficam desertos, não só por falta de empresas especializadas, mas também pelo aumento dos preços e consideram o orçamento e o preço base abaixo do valor considerado justo.

No que respeita à diminuição significativa do saldo de gerência, salienta que o mesmo tem questões que estão devidamente consignadas, com obras que transitam, existindo, ainda assim, a expectativa de algum saldo para poder reforçar e financiar obras e ações que estão a definir.

Explica que o crescimento do orçamento inicial de 2025 face ao de 2024, na ordem dos 7%, irá crescer com a introdução do saldo, com o Orçamento de Estado atualizado e de outras matérias.

Quanto à exigência da gestão financeira e orçamental, refere que existem alguns projetos que têm de executar e a obras que não podem derrapar, estando numa fase de lançamento de concursos que só terão expressão orçamental em 2025, dando nota que irão lançar a generalidade das empreitadas até ao final de 2024.

Relativamente à disponibilidade de meios para financiar o investimento contratado, à atividade programada para 2025 e à capacidade de endividamento que possibilita incluir novos investimentos no PPI dá como exemplo, na Intervenção Territorial Integrada da AML, os investimentos e ações da autarquia que só têm 40% de apoio, porque estão na “dita zona rica” de convergência da AML, sendo necessário, para a generalidade dos investimentos, o Município

contrair empréstimo para os restantes 60%. Considera o orçamento ambicioso, que visa a concretização dos compromissos do programa de mandato, simultaneamente responsável e estratégico, porque lança premissas, candidaturas, obras fundamentais para os próximos anos. Destaca que, no entanto, o orçamento vinculativo é o de 2025, sendo esse que terão de executar, porque estão no fecho do ciclo de mandato, estando a trabalhar para um horizonte que não acaba ou se cinge ao ciclo autárquico.

Considera poucas as transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento, continuando a prejudicar as autarquias. Informa que recebeu um relatório da reunião realizada entre a Sra. Secretária de Estado e a Associação Nacional de Municípios, sendo que os autarcas estão desiludidos, porque não houve abertura por parte do Governo para introdução de uma única norma que, pelo menos, criasse justiça nas transferências. Considera que as autarquias continuam a ser enganadas quanto às verbas que têm direito.

No que concerne ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, onde existe um diferencial positivo de 5,1 milhões de euros, acrescenta que irá permitir investimento, sobretudo porque as fontes de financiamento (página 31) atingem, no ano de 2025, uma possibilidade de autofinanciamento na ordem dos 42%, o que considera ser bom sinal.

Salienta ainda o peso de 67,3% das Funções Socias nas Grandes Opções do Plano, com cerca de 34 milhões já definidos e 5 milhões a definir.

Do ponto de vista político das Grandes Opções e Linhas de atuação, recorda que Palmela foi o terceiro Município que mais cresceu demograficamente em 2021, mantendo a tendência, tendo ultrapassado os 73 mil habitantes no final do ano 2023. Refere que indicadores, como o número de empresas, pessoas ao serviço de empresas, alunos e alunas nas escolas, com a pressão de vagas muito grande, corroboram a trajetória de crescimento e atratividade, contribuindo, cada vez mais, para um território mais rico e dinâmico, pelo que é necessário haver mais investimento.

Esclarece que o ano a que se refere o presente orçamento corresponde ao fim de um ciclo de governação e, a par da gestão corrente da multiplicidade de atribuições e competências cometidas ao Município, traduz a execução dos compromissos assumidos, para o presente mandato e a conclusão de um importante conjunto de documentos estratégicos que preparam o futuro, considerando uma realidade em rápida transformação e os desafios próprios do crescimento. Dá como exemplos a Carta Educativa, o Plano de Revitalização Económica do Centro Histórico de Palmela, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano Diretor Municipal.

Considera ser um ano determinante para a assunção de novos compromissos, em projetos que estão a candidatar a novas oportunidades de financiamento, como o Investimento Territorial Integrado – ITI da AML 2030, que representa a contratualização do Programa Lisboa 2030 com os 18 municípios da região. Dá nota que, até final do ano 2025, um importante pacote de investimentos terá de estar concluído, que decorrem de um financiamento obtido através da Operação Integrada Local para as freguesias de Poceirão e Marateca, financiada pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) a 100%. Lembra que são mais de 50 ações que contribuem para alavancar os índices de desenvolvimento das freguesias rurais e criar maior coesão territorial. Lembra ainda que o Município já concretizou várias intervenções e que muitas outras, da

responsabilidade do Município e de outras entidades beneficiárias – União de Freguesias, coletividades, IPSS, Escolas e outras entidades parceiras, encontram-se em execução ou preparação.

Com uma postura reivindicativa, mas propositiva e disponível, para garantir junto do Governo, soluções que corrijam problemas identificados há décadas, e que correspondem às necessidades das populações, dá nota que o Município continua a ir muito além das suas competências. Dá como exemplos as cedências de terrenos, o pagamento de estudos e projetos, o lançamento de procedimentos e acompanhamento de empreitadas, a fiscalização e o assegurar da maior parte do financiamento em algumas dessas grandes ações.

Destaca que o final de mandato é atingido com um conjunto de obras fundamentais concluídas ou comprometidas e em lançamento, nomeadamente:

- O Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, que entra em funcionamento em janeiro de 2025;
- A empreitada de construção da nova Unidade de Saúde para Quinta do Anjo, cujo procedimento está a decorrer, podendo ter início para o final do primeiro trimestre de 2025;
- A consignação/adjudicação da obra do Posto da GNR de Poceirão, que aprovaram no mês de maio e que aguarda autorização do Ministério da Administração Interna;
- A empreitada referente à 2.ª fase da Ribeira da Salgueirinha.

Destaca também, no âmbito das relações institucionais e ações de luta, que a autarquia continua a pugnar pela construção das Variantes às Estradas Nacionais 252 e 379 e pela sua reabilitação inadiável, assim como pelo reforço de pessoal médico e de enfermagem nas Unidades de Saúde do Concelho e no Hospital de São Bernardo, assim como por mais investimento nos sistemas multimunicipais de água e resíduos, que permitam a sua melhoria, a sua eficácia e, sobretudo, travar o aumento das tarifas que vai chegar aos bolsos dos munícipes e empresas que vivem, trabalham ou investem no concelho, e contra a imposição das tarifas por parte de Entidade Reguladora.

Lembra que, no presente ciclo, concluiu-se o compromisso de financiamento de 300 mil euros a cada Associação de Bombeiros do Concelho para aquisição de viatura de combate a incêndios, mantendo-se o financiamento aos Grupos de Bombeiros Permanentes. Informa que são 24 bombeiros, 8 em cada corporação, que estão a ser pagos a 100% pelo Município, 2 Equipas de Intervenção Permanente em cada um dos Quartéis pagos a 50% pelo Município – 5 homens e 5 mulheres em cada corporação, o pagamento dos seguros das viaturas e outros tipos de apoio, como o cartão municipal do Bombeiro e a Academia da Proteção Civil que capacita a comunidade para uma maior cultura de segurança.

Faz referência à instabilidade social e económica, agravada pelo delicado contexto nacional e internacional, que se faz sentir no quotidiano das famílias e exige respostas cada vez mais amplas e integradas no combate à pobreza, à discriminação, à violência, em particular junto de populações mais vulneráveis, onde o Município pauta a sua intervenção, de forma transversal, por uma forte atenção à inclusão e igualdade de oportunidades para todas as pessoas, na cultura, no desporto, na educação, na formação, no emprego e no turismo.

Assinala que a gestão e manutenção de espaços verdes, a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas, sumidouros, a limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais, as pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar, do 1.º ciclo e do ensino básico e a manutenção da envolvente, a manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados, a reposição de pavimentos em calçada e outros, áreas que exigem resposta rápida, de grande proximidade, cujas transferências estão cometidas, umas transferidas outras através de contratos interadministrativos, às juntas de freguesia. Chama à colação o orçamento, porque mesmo sendo transferidas, o dinheiro não vem do Orçamento Geral do Estado, pois é retirado ao Município. Lembra que estão a investir nesses serviços, com as parceiras juntas de freguesia, transferindo anualmente 3 milhões de euros, para que as mesmas desenvolvam essas competências.

Informa que, internamente, estão a racionalizar recursos, desmaterializar processos, introduzir sistemas inteligentes em diversas áreas de intervenção, para uma maior sustentabilidade e eficácia. Transmite que existem várias medidas de valorização dos trabalhadores nas suas carreiras, na opção gestionária, na promoção da saúde, na segurança e num plano de formação à medida. Dá nota dos fortes investimentos, tais como a última fase do edifício dos Paços do Concelho, o lançamento, para breve, da empreitada de reabilitação do edifício da Coopinhal para instalação de serviços do Departamento de Administração Urbanística e de muitas outras intervenções municipais, como o lançamento de uma nova Loja Móvel do Cidadão – projeto único e pioneiro, que conjuga uma viatura com melhores condições de trabalho e acolhimento - que, sobretudo, irá disponibilizar muitos mais serviços à população, otimizar percursos e reforçar o serviço público de proximidade defendido pela autarquia, estando a sua apresentação prevista para o início do ano 2025.

Evoca a paulatina redução da taxa de IMI que atinge, em 2025, a taxa mínima e tem fortes impactos no orçamento municipal, como comprovado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que, não obstante, salienta a independência e eficiência financeira do Município. Refere outras medidas como a aplicação do IMI Familiar, a isenção de Derrama para micro, pequenas e médias empresas, os incentivos à reabilitação de imóveis nos núcleos urbanos mais antigos e ao arrendamento para jovens, a instalação de comércio e serviços, apoios socioeducativos acima da lei e da média e um conjunto de outras medidas e tarifários sociais. Considera que se tratam de medidas que fazem com que Palmela tenha evoluído muito nos indicadores e ser, constante e ciclicamente, distinguida como Município Familiarmente responsável.

Faz referência às seguintes áreas de intervenção, evocando a introdução ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Qualificação do Parque Escolar:

Evoca que, no ano 2025, será concluída a Carta Educativa, um processo participado, com planeamento estratégico educativo, e um avultado conjunto de intervenções no parque escolar, dando como exemplos a requalificação dos logradouros das Escolas Básicas Joaquim José de Carvalho e Lagoa da Palha, do logradouro do pré-escolar e espaços exteriores da Escola Salgueiro Maia e do polidesportivo coberto e espaços exteriores da EB José Saramago (Poceirão) que está

em concurso e enquadrada pela OIL Poceirão/Marateca. Destaca a inauguração, no início de 2025, do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, a atenção permanente ao apetrechamento dos Jardins de Infância e Escolas Básicas e à conservação de espaços de jogo e recreio escolares, chegando ao final do mandato tendo atingido o pleno de todas as reabilitações, remodelações e novos equipamentos em todos os espaços, sejam exteriores ou das escolas.

Continua os exemplos, fazendo referência a grandes projetos que preparam o território para novos desafios, como o investimento na aquisição de terreno para a ampliação da escola de Cabanas – 2.ª fase, a requalificação e modernização da Escola Hermenegildo Capelo, em Palmela, e escola José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, cujos projetos estão adjudicados para depois serem apresentadas candidaturas para financiamento. Acrescenta a reabilitação da Escola João Eduardo Xavier, os logradouros da Escola Alberto Valente, em Pinhal Novo, e da Escola Básica de Cajados, nas quais os estudos preliminares encontram-se em desenvolvimento. Refere a requalificação das cozinhas de apoio e espaços adjacentes da Escola Básica n.º 2 de Palmela, de Olhos de Água e de Batudes e o novo sistema de climatização para a Escola Básica de Aires, matérias que considera prioritárias. Acrescenta ainda a aquisição de um terreno para uma nova escola, a nascente de Pinhal Novo, na zona da Palhota, onde já estão, também, a trabalhar no âmbito da Carta Educativa para definição de tipologia do equipamento.

Apoios Socieducativos:

Refere que se tem investido para a igualdade de oportunidades, para a inclusão, começando pelas escolas, com medidas de discriminação positiva, como a oferta de cadernos de atividades, o reforço alimentar, o transporte de crianças do pré-escolar (não é de Lei) das freguesias rurais ou novas modalidades inseridas no Programa Municipal de Desporto Adaptado (hoje com 4 modalidades). Sublinha o aumento do número de Bolsas de Estudo que, no ano 2025, passará para 100.

Dos benefícios para as famílias decorrentes de investimento municipal, dá como exemplo os transportes, onde contribuem com 180 mil euros/ano no Passe Navegante, mais os transportes escolares, onde existem circuitos dedicados que são feitos pela autarquia e circuitos de transportes especiais que, através dos Agrupamentos de Escolas, são também financiados.

Continuando na vertente socioeducativa e pedagógica, dá nota que o Município continua a apoiar os projetos e atividades das escolas, mantendo, com grande dinâmica e crescimento, projetos de referência, como o “Fantasiarte”, os “Jogos Desportivos Escolares”, o “Aprender a Nadar”, para todas as crianças do 1.º ciclo que se queiram inscrever (são cada vez mais e terão de rever o horário desse programa, pois a Palmela Desporto não está a conseguir acomodar tantas turmas). Dá nota ainda de outros projetos inovadores, como o “Ciclismo vai à Escola”, “Palmela – Judo na Escola” – que foi implementado no presente ano letivo e terá continuidade no próximo ano -, ou o projeto de referência “CicloExpresso” na Escola Básica António Matos Fortuna, na Quinta do Anjo.

Saúde:

Começa por lembrar que o Estado Central nunca executou obras nas suas extensões de saúde, deixando-as degradar, pelo que foi o Município, através da transferência de competências (cujo

dinheiro não chega para reabilitar uma extensão) e de verbas que conseguiu obter através de outros financiamentos, que lançou as empreitadas. Realça que, no ano de 2025, haverá uma obra cuja despesa está inscrita no Orçamento, para a beneficiação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados na Zeca Afonso, em Pinhal Novo e nas Unidades de Saúde de Águas de Moura e Poceirão.

Considera que a beneficiação das instalações e as condições de trabalho têm muitas influências, por vezes, na decisão e na fixação dos profissionais de saúde.

Destaca o trabalho notável da Unidade Móvel de Saúde, os projetos de “Saúde Palmela”, em colaboração com a Unidade de Saúde Familiar de Santiago, desde rastreios, ações, vacinação, dádivas de sangue e muito trabalho com a comunidade. Destaca ainda o arranque do funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, como órgão de planeamento e acompanhamento do processo de transferência de competências.

No âmbito das ações de intervenção no terreno, conclui referindo que o ano ficará marcado com a Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo, que é um compromisso de mandato.

No âmbito dos objetivos de saúde ocupacional, mais voltados para a organização interna, refere que o Município tem inovado muito na ação social, no reforço de medidas de capacidade de prestação de cuidados de saúde aos seus trabalhadores, dando como exemplo de um progresso notável na área e na qual vão dar continuidade, os projetos de informação ou sensibilização.

Ação Social:

Nesta área, além de tudo o que se faz no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, no âmbito da descentralização, refere que é também necessário assegurar o funcionamento do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes e do Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal, assim como todo o trabalho desenvolvido no âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Mais refere que será o ano que se conclui a implementação da Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo e Saudável “Palmela Maior”, num horizonte 2021/2025 e pretende que continue em crescendo o serviço de Teleassistência “Cuidar +”, um importante contributo para autonomia e segurança das pessoas de idade maior. Destaca a distribuição regular do “Cabaz Solidário Saudável” que complementa, com produtos frescos, o cabaz distribuído pelo Banco Alimentar contra a Fome, em parceria com as IPSS (matéria a regulamentar em 2025).

Considera ainda que o ano ficará marcado pelo arranque do Gabinete de Apoio à Vítima, pelo desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Social, do projeto “Radar Social” e de um conjunto de equipamentos sociais de IPSS na União das Freguesias de Poceirão e Marateca, que estão a beneficiar de obras. Informa que concluíram em 2024 o edifício da Cáritas e vão continuar com outros que irão beneficiar de obras através da candidatura do Município à OIL.

Habitação e Serviços Coletivos:

Destaca o desenvolvimento da Estratégia Local de Habitação, que se encontra em curso, através da reabilitação de imóveis adquiridos e do desenvolvimento da elaboração de projetos para 53 novos fogos. Informa que, no ano de 2024 entregaram 39 imóveis, prevendo-se que entre os meses de janeiro e fevereiro a entrega de mais 9. Dá nota que o próximo ano ficará marcado

pelo arranque da construção nova, ou seja, dos projetos e candidaturas que dizem respeito à construção de raiz para vários locais que foram devidamente assinalados na Estratégia Local de Habitação.

Transmite que, no ano de 2025, será de revisão do Regulamento Municipal de Habitação, por forma a clarificar a atribuição de fogos em regime de Arrendamento Acessível.

Conclui referindo que estão também a trabalhar com o setor cooperativo para procurar proporcionar condições para oferta de habitação a custos controlados.

Centro Histórico:

Nesta área destaca o Plano de Revitalização Económica e o conjunto de intervenções preconizadas, informando que umas que já se encontram implementadas e outras se irão desenvolver.

Destaca o desenvolvimento das duas operações de Reabilitação Urbana e a reabilitação do Largo do Chafariz Dona Maria I. Dá nota que está em desenvolvimento o estudo para a requalificação da Alameda 25 de Abril e da abertura do novo procedimento para a recuperação do edifício “Palmela Conquista”, depois de mais um concurso deserto.

Ordenamento do Território:

Salienta que a publicação do Plano Diretor Municipal, que marcará um novo ciclo de gestão, havendo a necessidade de um conjunto de estudos complementares. A sua implementação trará um regime económico e financeiro do PDM, o estudo de Delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (que já está a decorrer, mas terá de ser pago no próximo ano), um novo Plano Municipal de Redução do Ruído e estudos acústicos e a necessidade de novos estudos de delimitação e cartografia da Reserva Ecológica Nacional. Informa que, a partir da aprovação do novo Plano Diretor Municipal, existe um conjunto de outros planos de segundo e terceiro nível que terão de ser desenvolvidos, como novos Planos de Urbanização até a Unidades de Execução.

No que concerne às Áreas Urbanas de Génese Ilegal, refere que, no geral e com o trabalho das Comissões de Administração, têm tido um trabalho muito próximo, encontrando-se muitas em vias de concluir os seus processos e outras na iminência de verem aprovados os seus processos para início de obra ou conclusão de urbanização.

No domínio das respostas, salienta o enorme esforço de desmaterialização de processos e requalificação dos serviços, aperfeiçoando novos fluxos de trabalho e monitorização interna, para incrementar o número e a tipologia de pedidos disponíveis através da plataforma *E-paper*. Faz referência aos processos do movimento associativo e de equipamentos sociais, bem como projetos relevantes para a economia nacional – classificados como Potencial Interesse Nacional - que têm tido um acompanhamento dedicado, com maior agilização e busca das melhores soluções.

Saneamento e Infraestruturas:

Menciona algumas zonas a infraestruturar, como a Lagoinha, Olhos de Água (com uma nova fase), Quinta do Canastra, Sobral, Terrim, assim como a conclusão da Rua dos Couceiros e adjacentes com a Rua dos Amigos, Rua do Transformador, Rua Zeca Afonso (Terrim). Refere

que, na Quinta do Anjo, irá iniciar os esgotos na Rua João Lima Simões (que depois será repavimentada). Destaca o esforço muito grande para a conclusão de loteamentos inacabados pelos promotores, da qual a autarquia ficou com ónus e irá rever e fazer novos projetos, licenciar com a e-Redes, para que se preencham essas malhas agora urbanizadas, com novos espaços urbanos dignificados.

Faz menção à rede de esgotos domésticos na Quinta das Asseadas, Quinta da Glória e o troço da EN252, em Aires, um processo de 2024 que terá empreitada e desenvolvimento em 2025, com a rede de drenagem de águas residuais. Menciona também as intervenções na zona da Carregueira, Abreu Grande, nas Ruas do Moinho, Manuel Júlio e limítrofes, que já se encontram adjudicadas (o empreiteiro faltou à consignação, mas espera que mais semana, menos semana esteja em obra).

Volta a referir a importância estratégica da regularização da 2.ª fase da Ribeira da Salgueirinha, num troço de 7,6 quilómetros, com construção de bacias de retenção, estudos de zonas limítrofes, que irá permitir desonerar alguns terrenos, para que possam construir no sítio certo, garantindo, sobretudo, a inexistência de cheias ao longo de todo o seu percurso. Termina, referindo que o projeto está em vias de ser concluído, seguindo-se o Estudo de Impacte Ambiental e as expropriações, sendo um projeto que se prevê executar até final de 2027.

Abastecimento de água:

Dá nota do grande investimento que o Município tem realizado e faz referência ao facto de, na maior parte das intervenções na rede viária, aproveitar para remodelar a rede quando já tem alguns anos. Informa que está em preparação uma candidatura para um outro pacote muito significativo de remodelações – será trabalho para dois/três anos -, esperando que exista financiamento. Está a ser feito com fundos próprios. Espera anunciar ainda no corrente mês, o novo sistema de abastecimento de água a Pinhal Novo, com três novos furos ligados e refere que existe, contudo, trabalho a ser realizado em continuidade como o atravessamento da linha de Caminhos de Ferro, mais nós, remodelação da rede do Bairro Margaça, em Marateca (que é prioritário, porque se trata de uma zona velha com ruturas). Refere também que está em preparação a zona do Forninho, Poceirão, Asseiceira e Fernando Pó para, no caso de colapso de algum furo, possa existir sistemas redundantes e não deixem ninguém sem acesso à água. Informa que estão a fazer mais captações e que vão poder ligar o furo RA1 ao sistema de abastecimento de Palmela (que está há 14 anos à espera da utilidade pública do terreno).

Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana:

Considera que, para além das campanhas de sensibilização, informação e fiscalização, que se intensificaram nos últimos tempos, vão ter que continuar a crescer e a diversificar a sua estratégia de atuação, nos circuitos de recolha e soluções de proximidade, pois têm conseguido em alguns dos núcleos urbanos – não é igual em todo o lado -, retirar alguns lixos da rua, sobretudo com os sistemas de recolha porta-a-porta, com o sistema de biorresíduos, servindo mais locais, mais bairros, cantinas e unidades económicas. Refere que, em 2025, pretende consolidar o sistema e melhorá-lo, para evitar incidentes. Vão continuar a trabalhar na área da compostagem, dos biorresíduos e da prevenção. Transmite que a Câmara Municipal está a apostar, sobretudo, nas

ações, que até são financiadas no âmbito da OIL, para retirar resíduos – seja de contentores, e à volta dos mesmos.

Dá nota que durante a presente semana, chegou à Escola José Saramago, um biotriturador que irá estar ao serviço dos agricultores da zona que queiram triturar os seus verdes, sendo depois devolvido triturado, para fazerem compostagem e misturarem no enriquecimento das terras. Termina, afirmando que pretende replicar projetos dessa natureza, sobretudo na compostagem e nos verdes, que também não dão “bom aspeto” ao lado dos contentores e que ocupam o espaço público, mesmo nos centros urbanos.

Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza:

Lembra que a conservação dos espaços verdes está praticamente toda sob responsabilidade das Juntas de Freguesia, cabendo ao Município as ações mais estratégicas. Destaca a implementação do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas, na sequência do nível metropolitano e do território Arrábida e a 2.ª fase do projeto “Pinhal Novo Verde” – as ilhas de combate ao calor, em interligação com projetos como o Ecoparque da Ribeira da Salgueirinha e do Parque Verde Urbano em Pinhal Novo, cujo *masterplan* está em elaboração e serão candidatos à ITI da AML. Destaca também os vários arranjos paisagísticos em Poceirão, Águas de Moura e Fernando Pó, mas também em Quinta do Anjo.

Informa o reforço da rede de abrigos para gatos, campanhas de identificação, esterilização e vacinação, assim como a criação de uma rede informal cuidadores.

Conclui, salientando o investimento na melhoria das condições de trabalho no Centro de Recolha Oficial de Animais, no alargamento da rede de abrigos e nas ações de adoção, tendo como objetivo chegar a todas as freguesias.

Cultura:

Refere a dinâmica e a marca territorial em muitos dos projetos e ações que têm continuidade, sempre numa perspetiva muito eclética.

Para o ano de 2025, destaca a reabilitação da Casa Capelo, a recuperação da Torre de Menagem e corpos contíguos, trabalho que está a ser desenvolvido com o Estado Português (que é o proprietário), assim como, na OIL, a valorização da ruína da Igreja de São Pedro da Marateca.

Faz referência ainda ao facto de 2025 ser o ano do 20.º Curso sobre Ordens Militares e mais um curso sobre Castelos, bem como numa nova edição das Jornadas Internacionais de Arqueologia.

Além da promoção do livro e da leitura, menciona a Rede Municipal de Bibliotecas Públicas do Concelho como, cada vez mais, um local de encontro e de cidadania, com muitos projetos, lançamento de livros, debate e reflexão cultural. De entre outros, destaca duas iniciativas: os 500 anos do nascimento de Camões e o centenário do nascimento de Luís Pacheco.

Salienta a nova unidade de dinamização cultural e associativa, o Monte do Francisquinho e a continuidade dos projetos comunitários em Águas de Moura, com novos públicos e programação eclética. Ressalta o 30.º aniversário do FIG – Festival Internacional de Gigantes e a continuação as iniciativas como as Janeiras, Queima do Judas, o Méee – Festival Folk (que é já uma referência na Área Metropolitana de Lisboa).

Do ponto de vista das obras, salienta o projeto de reabilitação do edifício do Cineteatro São Gonçalo, em cabanas, a reabilitação do Edifício Santa Rosa (cujo projeto já foi adjudicado) e um conjunto de intervenções de arte urbana, pintura mural no reservatório de Cajados.

Juventude:

Refere a ampliação do espaço exterior do Centro de Recursos para a Juventude (CRJ) de Quinta do Anjo, com a criação de uma zona desportiva multiusos, street basquete e skate park, e um conjunto de ações: "Jovens no Verão", "Março a partir" e outras dinâmicas como o Concurso de Bandas. Refere que se tratam de ações que os jovens não querem deixar de fazer, mas sim incrementar. Salienta que será um ano de arranque do projeto participativo juvenil "Tu participas, tu decides", que irá percorrer todas as escolas.

Desporto, Recreio e Lazer:

Neste capítulo destaca a entrada em funcionamento do Pavilhão Municipal de Palmela e a conclusão e lançamento do projeto de conceção e construção da Pista Simplificada de Atletismo em Pinhal Novo. Refere o arranque da última fase de requalificação de Espaços de Jogo e Recreio em espaço público (são muito poucos os que faltam requalificar). Destaca também duas importantes empreitadas: a requalificação da Praceta Antero de Quental, em Quinta do Anjo (com a criação de um novo Espaço de Jogo e Recreio, a requalificação do Polidesportivo da Escola de Cajados, das instalações do Clube Desportivo e Recreativo de Águas de Moura e da sede do Forninho Futebol Clube.

Faz menção ao Programa Desporto Adaptado, que tem já na próxima quinta-feira o Congresso do Desporto Adaptado a decorrer em Palmela e a projetos como o "Ciclismo vai à Escola", "Palmela - Judo na Escola", Hipismo e Natação Adaptada. Menciona ainda um conjunto de projetos já consolidados: "Clássica da Arrábida", Corta Matos Regionais e Distritais, várias atividades na área da saúde, bem-estar e lazer, Festa do Desporto e da Saúde, "Mexa-se em Palmela", "50+ - Programa de Atividade Física", "Viver Melhor, Viver com Autonomia" e a Rampa de Palmela. Considera que se trata de um conjunto de eventos que são, simultaneamente, de promoção desportiva, mas também de marca territorial, que trazem muitos atletas e visitantes a Palmela.

Funções Económicas:

Assinala que englobam os setores da indústria e energia, transportes e comunicações, comércio e turismo, e correspondem a 16,8 % das GOP.

Indústria e Energia

Salienta que estão a conseguir, com sustentabilidade, cumprir metas globais de descarbonização, através da iluminação pública, na colocação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo em vários equipamentos, eletrificação da frota, adaptação de edifícios e equipamentos públicos para maior eficiência energética e ações de sensibilização junto do público escolar.

No que respeita ao Contrato de Gestão de Eficiência Energética para a iluminação pública, dá nota que vão aprofundar o sistema de gestão luminárias – que se ampliou em 2024 e irá continuar

– aperfeiçoando a infraestrutura de comunicações da rede *LoRaWAN*, já aplicada a diversos projetos-piloto, com uma gestão de recursos mais inteligente.

Termina, fazendo referência que será um ano em que se pretende encetar – já se trabalha na matéria ao nível de estudos - a criação de Comunidades de Energia no Concelho, pois existe grande potencial para sua concretização.

Transportes e Comunicações:

Nesta matéria faz referência à preocupação nas pavimentações, repavimentações, ciclovias e conservação de mais de 900 quilómetros de rede viária municipal, pois trata-se de um concelho de grande dimensão com infraestruturas em muitos lados. Destaca que será o ano do arranque da empreitada de infraestruturação do Bairro José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, uma obra de 1 milhão de euros. Informa que, no que respeita aos passeios e acessibilidades, terão financiamento de cerca de 100%, através do projeto Rampa e pelas Acessibilidade, pelo que terão possibilidade de fazer um “upgrade” para acabar com as calçadas e colocar um pavimento mais acessível.

Salienta as obras de requalificação na Avenida de Palmela, no centro de Poceirão e na Avenida da Liberdade, em Águas de Moura, tratando a acessibilidade, desde a zona dos Bombeiros até ao centro da vila – no âmbito da OIL. Destaca um pacote muito significativo de pavimentações e repavimentações, tais como a Rua da Ponte (Palmela), Rua da Etiópia (Poceirão - cuja pavimentação está concluída, faltando apenas a sinalização horizontal), Rua Marechal Gomes da Costa (Lagoinha – onde ficará com 100 m por fazer, porque não se consegue encontrar os proprietários do terreno), obras que já estão a acontecer e quase em conclusão, mas estão contempladas no orçamento de 2025 porque os últimos autos serão pagos nesse ano. Dá nota dos 700 mil euros que têm no empréstimo para a repavimentação de um troço que considera importante, na Estrada Municipal 533, entre a Escola do Lau e a entrada da Avenida dos Caminhos de Ferro, em Palmela e a rotunda da Avenida dos Caminhos de Ferro, que pretendem lançar ainda em 2024, mas que terá execução física e financeira em 2025.

Lembra que algumas obras se atrasaram devido a pareceres técnico e a desacordos e dificuldades com cedências de terreno – mesmo quando querem pagar e expropriar a preço justo, não é fácil, lamenta. Dá como exemplos a Rua Isidoro Vitorino, as Circulares da Autoeuropa (onde foi feito um grande investimento, mas existe um troço que ainda querem melhorar), a ciclovia do Montinhoso, de Cabanas, o primeiro troço até à Estrada da Baixa de Palmela – que ainda está a candidatar-se à ITI-, a Rua da Lagoa da Palha Velha, a Rua dos Quarelas e a Rua dos Marinheiros, em Brejos do Assa.

Enaltece o trabalho dos serviços municipais, com excelentes resultados, com o comércio local, Mercados de Produtores, Mercados Municipais e com muitos parceiros, situação que tem gerado oportunidades e ajudado a divulgar e a desenvolver pequenos negócios.

Refere que será o ano de apresentação do Plano Estratégico do Desenvolvimento Turístico de Palmela e a atualização da marca territorial “Palmela Conquista”.

Menciona alguns certames de referência, como: “Palmela Wine Jazz”, “Feira Medieval de Palmela”, “Viva o Natal no Município de Palmela”, “Festival do Moscatel” e todas as festividades

que acontecem por todas as freguesias que, não sendo o Município organizador, funciona como coorganizador, sobretudo através do grande apoio financeiro, técnico e logístico.

Destaca a importância de se avançar com a sinalização do “Caminho de Santiago – Variante da Península de Setúbal”, cuja apresentação se verificou no ano de 2024 e será concretizado no terreno em breve.

Salienta o Plano de Comunicação e Promoção da Rede de Percursos Pedestres da Arrábida e a importância da Gastronomia e do Enoturismo, assim como o turismo de natureza e histórico, numa panóplia de intervenções que fazem a marca e promovem o desenvolvimento social e económico.

Salienta ainda a importâncias das feiras, mostras e outros eventos locais, desde o “Festival do Queijo, Pão e Vinho”, a “Mostra de Vinhos de Fernando Pó” ou a “Feira Comercial e Agrícola de Poceirão”, e os Planos de Valorização para os produtos certificados, como a Maçã Riscadinha, a Fogaça de Palmela, e Queijo de Azeitão DOC – 100% fabricado em Palmela.

Conclui, referindo que através do desenvolvimento do projeto POMAR – Programa Operacional Municipal para a Alimentação Resiliente e o programa “Palmela Bio” que está inserido na “FoodLink” - Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares.

Emprego e Empreendedorismo:

Menciona a Incubadora de Empresas que continua a acolher novos projetos empreendedores e a facilitar ações de capacitação e sinergias com diversas entidades. Dá nota que a requalificação do Parque Mário Bento, em Poceirão, irá apoiar o desenvolvimento de pequenos negócios e atividades associativas e uma rede de emprego local, vocacionados para a área agrícola. Faz referência ao projeto inovador “Comida em Casa – Pequenos Negócios Familiares”, no âmbito da OIL, que será uma marca importante no ano de 2025 e às ações de capacitação de jovens para educação digital, inclusão na vida ativa e emprego qualificado. Refere que se trata de um trabalho nem sempre visível, aparentemente muito imaterial, mas que acrescenta grande valor à população e a quem empreende, arrisca e acrescenta valor e riqueza.

Outras Funções:

Dá nota que o Município dará continuidade aos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico de Cooperação para o Desenvolvimento, com reforço de relações na área da cooperação internacional, com vários municípios e geminações, e na promoção territorial nesses territórios.

Refere que, num contexto internacional de grande instabilidade, Palmela estará presente e refirma o seu compromisso com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, que estão subjacentes transversalmente a todas as áreas de atuação.

Termina a sua apresentação, referindo que não citou todas as medidas estratégicas que estão no documento, considerando essencial ter mencionado algumas das mais importantes.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** começa por agradecer a explicação sobre o orçamento, que tem sido um apanágio ao longo dos anos.

Refere que, de acordo com a análise que a bancada do Partido Socialista efetuou, estão perante um orçamento que, para além de prever as despesas e receitas para o ano 2025, prevê igualmente as operações plurianuais, como é suposto acontecer, uma vez que a legislação assim o obriga.

Dá nota que, este ano, irão escusar-se a uma análise muito analítica do documento, pois trata-se de um orçamento de final de mandato, num documento que procura finalizar um programa eleitoral, mantendo-se como plurianual apenas as obras que não vão poder ser concluídas, porque se encontram em execução, quer por atrasos internos ou externos.

Considera que, em termos de receitas municipais, continuam a ter um aumento bastante expressivo das receitas, sendo que no documento apenas se está ainda a considerar a verba da transferência relativa ao Orçamento de Estado de 2024 e não de 2025.

Refere que a autarquia tem tido, nos últimos anos, uma curvatura bastante positiva, muito por força de um considerável crescimento do IMT (que esteve relacionado com as emissões de alvarás para as AUGIS da Quinta da Torre, Marquesas I e III e da transação de Rio Frio), mas também com as transferências do estado, do IMI, das taxas de obras de loteamentos e daquela que mais cresceu em percentagem nos últimos anos, a venda de serviços da autarquia (água + saneamento + recolha do lixo).

Da análise efetuada, destaca o orçamento inicial, do lado das receitas para 2025, na ordem dos 82.9 milhões de euros e, como seria expectável, que do lado das despesas correntes, as que têm maior peso, são as despesas com pessoal.

Manifesta que, curiosamente, não conseguem ver na explicação, a que se deve esse aumento, em termos absolutos de recursos humanos, face a 2024, pois da análise ao número de trabalhadores em anos transatos, mas não é apresentado, em lado algum, a diferença entre o número de trabalhadores de 2024 e 2025 (a explicação está na página 8).

Observa que a análise comparativa que é apresentada e importante (e é sempre importante para suportar um orçamento), mas quando a mesma se sobrepõe ao próprio orçamento, só serve para confundir e não ajuda em nada a análise, pois não serve estar a analisar um documento relativo ao orçamento para o ano 2025, e efetuar uma análise da taxa de crescimento de trabalhadores da autarquia do ano de 2022. Refere que esta situação ainda faz menos sentido quando se sabe que existiu um aumento exponencial em 2022, que esteve relacionado com as novas competências da autarquia e não com reforço dos recursos humanos, como por exemplo na área operacional, onde se sabe a autarquia está com défice enorme. Neste sentido, questiona qual o aumento de recursos humanos, em termos efetivos e absolutos, de 2024 para 2025.

Transmite que, à medida que continuaram a analisar a mesma área, ficaram chocados quando é referido que, para lá de 2025, não irão existir aumentos significativos, situação deverá ser um erro, porque não faz qualquer sentido. Considera que os recursos humanos vão aumentando

anualmente, pelo que não podem ter uma base de 2025 para 2029 que será sempre mantida. Ainda mais quando a explicação dada no documento e cita "A partir de 2026 as previsões consideram um valor semelhante ao de 2025, presumindo que o valor dos reposicionamentos nas carreias mais o valor dos aumentos salariais e da admissão de novos trabalhadores será igual ao valor das saídas". Perante esta explicação, considera que se o valor das saídas é igual ao valor aos aumentos salariais, mais os das novas admissões, então as novas admissões não vão compensar as saídas, pelo que irão ficar sempre com défice de pessoal. Reforça que, se os valores se mantêm, então deve existir algum erro de cálculo.

Neste momento além intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo**, refere que está a intervir e solicita para não ser interrompida, agradecendo a explicação no final.

Continuando no capítulo das despesas, faz menção ao aumento exponencial, que já se sabia e era expetável, das despesas com a AMARSUL e SIMARSUL e às despesas de capital, com as obras e projetos que estão em desenvolvimento.

Refere que o orçamento para o ano 2025, com um valor global de 83 milhões de euros, é inferior ao orçamento atual de 2024, na ordem dos 374 mil euros, pois estão a analisar o orçamento retificativo, onde já foram efetuadas quatro alterações, pelo que têm de analisar com base nas contas anuais e não inicial com inicial, até porque o orçamento inicial de 2024 já sofreu um decréscimo substancial.

Neste momento além intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** reforça que, em termos efetivos e para que todos percebam, o orçamento inicial já foi corrigido 4 vezes, teve um decréscimo substancial relativamente ao inicial e o que estão a projetar para o ano 2025 é inferior ao que se gastou em 2024.

Relativamente às Grandes Opções do Plano, constata que existe uma diminuição nas ações e dotação a concretizar, pois o valor estimado para 2025 será de 50,7 milhões de euros e o que foi aprovado na última reunião de Câmara Municipal, no orçamento retificativo, ficou nos 50.3 milhões de euros.

Pensa que não faz sentido estarem a comparar a dotação de 2025 com a dotação inicial de 2024, pois já possuem toda a informação, todos os números, pelo que as verbas não foram gastas, o orçamento diminuiu, pelo que considera que verdade absoluta é a apresentada e não a inicial para inicial.

Outra diferença de números que salienta, a qual questiona, é o facto de terem aprovado na última reunião de Câmara Municipal uma descida das GOP's para 50,3 milhões de euros e no documento ser apresentado uma relação de 2024 para 2025, onde se afirma que em 2024 vão terminar com 45,7 milhões de euros, o que parece que ainda vai descer mais.

Transmite que da análise efetuada conclui que os projetos são os mesmos, que relativamente às GOP's, já era exetável que tivessem os mesmos projetos e as mesmas obras, facto que não é surpreendente, pois estão no projeto e perante o orçamento final de mandato. Mesmo assim, ao lerem o documento todo, houve alguns capítulos chamaram a atenção, nomeadamente:

O Serviço de Atendimento Municipal que, contrariamente ao que está escrito, infelizmente o que assistiram durante o ano foi a queixas por parte dos munícipes, relativamente à dificuldade da comunicação com os serviços, existindo ainda muita dificuldade de acesso aos mesmos. Refere que não estão a conseguir ver melhorias na área e, certamente, a culpa não é dos trabalhadores e trabalhadoras que todos os dias tentam responder o melhor que lhes é possível. Mais considera que, para uma melhor análise de todas as áreas de atendimento municipal, teria sido interessante analisar o número de reclamações por parte dos munícipes e qual a tendência dessas reclamações ao longo do ano nos vários balcões físicos e digitais, assim como quais teriam sido as melhorias das situações mais críticas e as mesmas tivessem sido explanadas no documento, situação que tinha permitido ver a evolução do Serviço do Atendimento Municipal.

Relativamente à gestão da frota, nomeadamente na eficácia da resposta e na eficiência da frota que é reforçado no orçamento, considera que devia estar secundado com o investimento num sistema de gestão de frota, mais do que prescindível para otimizar a utilização através da georreferenciação e reduzir os custos, introduzindo viaturas elétricas em percursos adequados. Lembra que no orçamento das GOP's para 2023, já era referido de que iria ser avançado um estudo nessa matéria e que vão entrar em 2025 e continuam, aparentemente, com um vazio que não entendem.

Na Gestão de Recursos Humanos, considera que as ações mantém-se as mesmas, mesmo quando temos um Município que está num processo de descentralização de competências, com a contratação de um número significativo de novos colaboradores para áreas que não existiam e para as quais não existia a legitimidade de contratação, pelo que julga ser estranho que não se vislumbre nenhuma ação no plano, dentro dessa área.

Nas atividades, intervenção no domínio da juventude, constata que, pelo que está escrito, uma falta de iniciativas específicas para essa faixa etária, que tem sido recorrente no Município. Menciona que não há nada de novo, situação que os preocupa, pois compete ao Município tentar “prender os jovens à sua terra”, pelo que tem que criar iniciativas.

Dentro das funções sociais, segurança e educação, regista que é um plano final de mandato, pois não existe nada de inovador. Manifesta que, antes do final do mandato, gostaria de ver Plano de Desenvolvimento Social do Concelho, que é uma conquista, a beneficiação dos equipamentos

sociais no Poceirão e Marateca, ao abrigo dos programas comunitários e que, aparentemente vão ser executados (e ainda bem para a Comunidade), alguns trabalhos ao nível do Núcleo para a Garantia da Infância que não consta no documento. Porque considera ser um documento importante, menciona a Carta de Compromisso para a questão do Envelhecimento Ativo que também não consta no documento.

Espera que, finalmente em 2025, o Gabinete de Apoio à Vítima seja uma realidade, facto que a acontecer será uma boa notícia.

Alude que poderia referir muitos mais temas, por ser uma área “muito querida” para a própria, não sendo a única que domina, mas considera que as mencionadas são de importância extrema para o Município.

Conclui a sua análise referindo que todos sabem que 2025 será um ano especial para todos, um ano de final de mandato. Afirma que estão perante um documento que se limita, mais uma vez, a executar obras e projetos que estão assentes nas mesmas ideias, que são confortáveis, sem risco, sem espírito inovador e que vão voando ao sabor dos Fundos Europeus que, apesar de terem dado tanto ao concelho nos últimos 4 anos, continuam a ser alvo de críticas constantes por parte do executivo.

Termina a sua intervenção informando que a bancada do Partido Socialista vai se abster, pois este não seria o seu orçamento, mas também não vislumbram nada que vá contra os seus princípios.

O Sr. Vereador Carlos de Sousa efetua a leitura da apreciação à proposta:

«Sendo 2025 o último ano deste mandato a análise ao Orçamento e GOP 2025/2029 tem um significado acrescido do que tem sido a gestão da actual maioria CDU.

No capítulo Instalações Municipais de Serviços, no Documento Previsional (DP) para 2023 foi escrito que "Em 2023, inicia-se o processo de reabilitação de um edifício emblemático, o Edifício Coopinhal, para instalação de serviços". No documento em análise diz-se "O edifício da Coopinhal será completamente reabilitado e transformado para acolher serviços". Pergunta: em 2025 as obras ficarão terminadas e o edifício vai ficar pronto para receber os serviços municipais?

No capítulo Protecção Civil afirma-se que se vai continuar a apoiar financeiramente os Grupos de Bombeiros Permanentes. Em 1999 quando estes GBP foram criados a CMP contribuía com 60.000 contos anuais. Em 2024 a comparticipação do Município foi 130.000€. Considerando que o valor do salário mínimo nacional neste período (entre 1999 e 2024) cresceu 240% (e o valor para os Grupos de Bombeiros Permanentes apenas cresceu 136%) proponho que o valor a incluir no orçamento para 2025 seja de 200.000€.

Ainda neste capítulo afirma-se que se vai concluir o processo de elaboração e implementação do Plano Especial de Emergência para o Centro Histórico de Palmela, mas já no Plano para 2022,

2023 e 2024 foi plasmado este objetivo. Pergunta: Efectivamente, quando é que começou a elaboração do Plano?

Nos Planos de 2022, 2023 e 2024 colocava-se como objetivo a revisão do Plano de Emergência Externo da Hempel e para 2025 volta a colocar-se este objetivo. Pergunta: Esta revisão tem caracter periódico anual ou nunca foi realizada, pelo menos desde 2022?

No documento em análise diz-se que se vai "dinamizar a constituição de Unidades Locais de Proteção Civil, no seio das Juntas de Freguesia (excelente objetivo). Mas já nos Planos de 2022, 2023 e 2024 se afirmava este objetivo. Pergunta: Qual a razão deste atraso na constituição destas Unidades?

No capítulo do ensino mais uma vez se verifica a indicação de ações que se prolongam no tempo, nomeadamente, obras de requalificação do logradouro da EB José Joaquim de Carvalho que aparece no Plano para 2022 e reaparece no Plano agora em análise. O mesmo acontece com a requalificação do logradouro da EB Alberto Valente que vem em todos os Planos desde 2022 até 2025. Pergunta: As obras de requalificação têm sido realizadas "a prestações" ou vão ser iniciadas em 2025?

A construção de novas escolas em Palmela e na zona nascente em Pinhal Novo aparece em todos Planos de Atividade desde 2022 (a nova escola em Palmela já vinha no Plano para 2021). Qual o verdadeiro ponto da situação destas duas ações?

A revisão da Carta Educativa de Palmela começou em 2022. E as 2 perguntas que se colocam são: porquê 4 anos para uma revisão de uma Carta Educativa? Será que a revisão terminará em 2025?

No capítulo da Segurança e Ação Social vem a realização do Fórum Social de Palmela. Esperemos que em 2025 esta iniciativa não seja mais um mostruário das ações da Câmara e por vezes dos órgãos desconcentrados da Administração Central, como aconteceu em alguns anos. Faço justiça ao Fórum realizado recentemente em 21 de Novembro, que contou com um conjunto de convidados que abordaram eficazmente os direitos sociais nesta democracia conquistada há 50 anos atrás.

No seguimento de uma sugestão do senhor Presidente da Câmara, em 19/11/2022, o MCCP indicou 4 projetos a incluir no plano de 2023-27. Nos Planos para 2023 e 2024 no capítulo do Centro Histórico apontou-se o início de um estudo da requalificação da Alameda 25 de Abril, englobando a área do terminal rodoviário. Na proposta para 2025 volta a aparecer este projeto exatamente com as mesmas palavras. Conclusão, em 2023 e 2024 nada se realizou.

No capítulo do Saneamento, no âmbito da ampliação da rede de esgotos domésticos, repetem-se estes adiamentos sucessivos de obras. Para 2025 a Rua do Moinho e a Rua Manuel Júlio em Carregueira/Abreu Grande aparecem como obras a executar. No entanto já tinham sido incluídas no plano para 2024!

No capítulo dos Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana escreve-se que 2025 se "prevê reforçar a sensibilização e fiscalização e ações especiais de limpeza, como forma de combater os focos de poluição por abandono ilegal de resíduos...". No Plano para 2023 escreveu-se que se iria implementar uma grande campanha de educação e sensibilização ambiental ao longo de 3 anos. Nada foi feito com a abrangência, a profundidade e o saber necessários. A continuar a sensibilização das populações como tem sido feito até agora, nada vai melhorar.

No Capítulo da Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza na página 66 existe um parágrafo com 11 linhas onde se fala várias vezes de alterações climáticas, mas de ações concretas no terreno só aparecem 2 linhas: a continuação da implementação do projecto Pinhal Novo Verde. Mas na realidade qual é o conteúdo deste projecto? (Cita o que está disponível no site da Câmara Municipal) "A criação de 2 ilhas de sombra na vila do Pinhal Novo – recinto do Mercado Mensal e Val'Flores, com a plantação de 297 árvores e grandes arbustos, de espécies autóctones, para proteção contra o calor excessivo, atual e futuro." Sabemos também da futura plantação de árvores ao longo da ribeira da Salgueirinha.

Daqui a 30 ou 40 anos o clima do Algarve, Alentejo e região de Lisboa e Vale do Tejo terá muitas semelhanças com o atual clima do Norte de África. São estas pequenas iniciativas que são suficientes para o Pinhal Novo dos filhos e netos dos atuais habitantes? Não! O Pinhal Novo precisa de um verdadeiro Pulmão Verde com milhares de árvores e arbustos plantados para fazer face ao aumento constante da temperatura.

No capítulo do Desporto, Recreio e Lazer fala-se de um estudo para a instalação de novos equipamentos em zonas de recente construção. (refere a afirmação do Sr. Presidente quanto ao aumento da população que o Concelho tem sofrido e verificado. Atualmente têm cerca de 63 mil habitantes). Mas será que há dúvidas em que se justificam novos equipamentos nomeadamente na freguesia da Quinta do Anjo, face a esse aumento crescente de população no concelho? Nomeadamente uma piscina? (Considerando que a Piscina de Palmela, já atingiu os seus limites e a Piscina do Pinhal Novo também para lá caminha nos seus limites)

A concluir direi: atrasos e adiamentos em obras que implicam terceiros, nomeadamente organismos da administração central, nós compreendemos, mas obras que dependem apenas da Câmara Municipal é difícil de entender e aceitar este tão grande número de obras e outras ações que se estendem ao longo dos anos, algumas ao longo de um mandato, obviamente reflexo de uma má gestão.

Se fizermos uma análise comparativa entre os primeiros três Orçamentos e Grandes Opções do Plano e a atual proposta para o período 2025-2029 verificamos que não existe um fio condutor estratégico nem uma visão estratégica para as grandes necessidades deste Concelho, pelo que o MCCC votará contra esta proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029.»

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** agradece aos técnicos da Câmara Municipal pelo presente documento, não apenas por uma questão de simpatia, mas porque a apreciação política que irá fazer nada tem a ver com a apreciação técnica, pois sabe bem da complexidade, da responsabilidade e o que custa fazer um documento desta envergadura.

Considera que, quando olha para este documento, vê mais uma vez que se aproxima um ano em que a população do concelho de Palmela continuará a carregar o peso de um orçamento que nada vem para mudar, sendo mais um ato repetitivo que apenas vincará a estagnação a que já estão habituados.

Lembra que, normalmente, o orçamento inicial surpreende-os com o valor “mais elevado de sempre” mas, perto do final do ano, acaba por ser modificado e reduzido nalguns milhões, com obras e projetos que passam para o orçamento seguinte, perpetuando-se no tempo pela incapacidade da Câmara Municipal os executar.

Observa que vão tendo as mesmas obras, acrescentado as obrigações da descentralização de competências, que dependem sempre dos fundos comunitários, sem que a Câmara Municipal, que se gaba de boa autonomia financeira, de equilíbrio financeiro, situação que se verifica, faça algo para chegar mais rápido às necessidades mais prementes dos cidadãos.

Refere que não vê, neste documento, qualquer visão estratégica, qualquer ambição ou um rasgo de imaginação com algo de novo.

Transmite que não tinha esperança de encontrar no documento algo muito diferente dos anos anteriores, mas pelo menos algo que respondesse aos problemas mais antigos que os municípios mais se queixam em Palmela, dos quais devem ser as responsabilidades mais primordiais duma autarquia local como a limpeza urbana, a recolha do lixo, entre tantos outros, ou seja, o cuidar e o requalificar do espaço público.

Continua a sua análise e faz referência aos 82.983.474,00€ de receita total (mais cerca de 6,7 milhões de euros face ao orçamento inicial de 2024, ou seja, mais + 7% e menos 374.000€, ou seja, - 0,45%, face ao orçamento atual, situação que já inclui o saldo transitado de 2023 e as anulações da última alteração modificativa), pelo que constata que vai transitar, mais uma vez, muitas obras de 2024 para o ano 2025.

Da análise que efetua, apresenta as seguintes razões para o aumento da receita total:

- Receita corrente - 65.965.951€ (+400.000 – 0,6%), através da diminuição dos impostos diretos (- 880.000€) e das taxas e outras penalidades (-1M €) e do aumento das Transferências Correntes (+2,3M €), das Transferências Estado (+1,5M €), da Participação IRS (+700.000 €), da Participação IVA (+200.000 €) e das Transferências União Europeia: (+780.000 €);
- Receita capital – 17.011.873 € (+6,3M € +37%)

No que concerne à despesa total, no montante de 82.983.474,00€ (despesa corrente – 59.6747.806€ + despesa de capital – 23.308.668€), conclui que a despesa corrente cresce 2,5 milhões de euros (+ 4,1%) e a despesa de capital cresce 4,2 milhões de euros (+ 17,3%).

Analisando as Grandes Opções do Plano (GOP), refere que existe um crescimento de 10,7% (GOP 2024 – 45,8M€ e GOP 2025 – 50,7M€), sendo as maiores subidas nas seguintes áreas:

- Saúde - 929.637€ em 2024 / 2.153.528€ em 2025 (+131.65%) – decorre da verba do Centro de Saúde de Quinta do Anjo;
- Transportes e Comunicação - 2.745.922€ em 2024 / 5.802.807€ em 2025 (+111,32%) - Obras que já vinham no anterior e projetos que se arrastam.
- Outras Funções económicas - 427.655€ em 2024 / 690.932€ em 2025 (+61,56%) – referente ao PRR - Requalificação do Parque Mário Bento.

Da análise, regista as maiores descidas nas seguintes áreas:

- Habitação e urbanismo - 7.011.196€ em 2024 / 3.733.540€ em 2025 (-46,75%) – motivada pela Estratégia Local Habitação;
- Proteção do meio ambiente e conservação da natureza - 1.990.500€ em 2024 / 1.128.298€ em 2025 (-43,32%), sendo que a verba do PRR de requalificação espaço público referente a uma empreitada no valor de 530.000€ não está inscrita no ano 2025;
- Segurança e ordem pública - 2.154.929€ em 2024 / 1.637.271 em 2025 (-24.02%).

Considera que o crescimento do montante destinado às Grandes Opções do Plano, que crescem 10,7% em relação a 2024, resulta de grande parte de obras e investimentos que já eram prometidos em anteriores exercícios e que, ano após ano, se repetem, sem que se tornem realidade, e de verbas transferidas de fundos comunitários.

Nas Funções Gerais - Serviços Gerais da Administração Pública - Instalações Municipais, lembra que, no orçamento de 2023, a Reabilitação do “Edifício Coopinhal” havia referência que a mesma se iniciava, continuando a fazer referência que será completamente reabilitado e transformado para acolher serviços. Menciona que será mais um ano onde continuam as obras no edifício dos Paços do Concelho, que são eternas.

Relativamente à Informação e Comunicação, considera ser tudo muito vago, com muita propaganda e pouco resultados, parágrafos exatamente iguais aos dos anos anteriores, continuando a aposta no Projeto Península Digital, pelo que não existe uma estratégia séria de digitalização dos serviços.

Quanto à Segurança e ordem pública - Proteção civil e luta contra os incêndios – Observa, mais uma vez, parágrafos exatamente iguais, com o plano e projetos que estavam previstos implementar no ano passado, que continuam no ano de 2025, dando como exemplos o projeto

“Proceder à revisão do plano externo para a Hempel” ou concluir o processo de elaboração e implementação do Plano Especial de Emergência para o Centro Histórico de Palmela.

Transmite que, na segurança, existe um exemplo onde o executivo podia ter uma ação preventiva de intervenção num problema emergente, quer no distrito quer no concelho, situação que não se verifica, mesmo que os indicadores oficiais dos relatórios de segurança interna demonstrem o aumento da criminalidade.

O **Sr. Presidente** interrompe e refere que tiveram o Conselho Municipal de Segurança e não corresponde à realidade o que o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** está a referir, senão o Ministério da Administração Interna está a mentir relativamente ao concelho de Palmela.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que está a falar de números e indicadores oficiais no RASI (Relatório Anual de Segurança Interna), pelo que questiona se para o **Sr. Presidente** os mesmos não contam. Considera que são os números que existem e que se tratam de factos concretos e objetivos, bastando consultar o relatório oficial para constatar que a criminalidade tem aumentado no distrito de Setúbal e também no concelho de Palmela.

Continua a sua análise, referindo, a título de exemplo, a vídeo vigilância em zonas mais sensíveis, que tem reduzido a criminalidade em concelhos que a adotaram, tendo, por diversas ocasiões, sugerido a instalação no concelho de Palmela sendo a mesma ignorada pelo executivo.

No que tange às Funções Sociais, aponta que a Escola Básica de Palmela já vinha referida, nos mesmos termos, em 2020, 2021 e 2022, 2023, e agora 2024, sendo que já merece destaque pelo 5º ano consecutivo sem se ver nada de concreto. Assinala uma ligeira diferença no texto, pois nos orçamentos anteriores era referido uma “nova escola básica” e agora refere uma “nova escola”, estando em crer que se trata da mesma.

Dá nota que também a requalificação dos logradouros da Escola Básica Joaquim José de Carvalho estava referida, nos mesmos termos, em 2020, 2021 e 2022, 2023, 2024, pelo que apostam pelo 5º ano, tendo perdido a aposta nos anos anteriores.

No que concerne ao Abastecimento de água, aponta a importância das roturas frequentes que têm tido no concelho, muitas vezes com zonas que ficam horas e horas sem abastecimento de água e sem qualquer aviso, tal como a falta de pressão no abastecimento de água em algumas zonas no Pinhal Novo, que não tem tido resolução.

No capítulo dos Resíduos sólidos e limpeza urbana, considera que é mais um ano para reforçar e sensibilizar a fiscalização, como forma de combater os focos de poluição provocados por abandono ilegal de resíduos, e que continuam a não ver qualquer melhoria. Mais considera que estão cada vez estão pior na recolha do lixo e na limpeza urbana, com justificação de sucessivas falhas na AMARSUL. Sabe que existe muita falta de civismo, mas melhorias e mais fiscalização

ninguém vê, quando se sabe que estes são dos problemas que a população do concelho de Palmela mais se queixa. Não vê qualquer solução, qualquer melhoria nas lixeiras ao ar livre que existem, há anos, nos mesmos locais, dando como exemplo na freguesia da Quinta do Anjo, nomeadamente a circular à Autoeuropa.

Ressalta que, mais uma vez, é referida a expansão da recolha de resíduos porta a porta e da recolha de biorresíduos, sendo o texto exatamente igual ao de 2024. Relembra que questionou, numa reunião de Câmara Municipal durante o ano de 2024, em que fase se encontrava o projeto que apresentou bons resultados nas zonas onde começou a ser implementado, com satisfação dos munícipes, mas que tarda a concretizar-se, de forma mais lesta, por outras zonas do concelho.

Faz também referência à Ribeira da Salgueirinha, que terminava em 2021, passou para 2022, tendo sido anunciada a 2ª fase para 2023, depois para 2024 e agora para 2025, quando é do conhecimento que existem problemas para resolver da 1ª fase, que não foram concluídos. Relembra que questionou, algumas vezes, para quando a resolução da passagem da ribeira por baixo da Rua do Alentejo e da linha ferroviária do Alentejo, que causa cheias enormes quando chove muito.

Assinala que, no âmbito da OIL do Poceirão, o texto é exatamente igual ao do ano passado, e salienta a requalificação do jardim Ferreira da Costa, no Poceirão, e do jardim de Águas de Moura que continuam a ser mencionados.

Nas Funções Económicas observa que, a par da gestão do lixo e limpeza, outro dos maiores problemas do concelho de Palmela é a gestão e melhoramento da rede viária municipal, o asfaltamento de estradas e a promoção da mobilidade e da acessibilidade. Refere que não se compreende que se fale, todos os anos, de projetos que continuam por terminar, como a requalificação da Avenida de Palmela, em Poceirão, e da Avenida da Liberdade, em Águas de Moura, que já constavam no orçamento para 2023. Continua também a ver a 1ª fase da obra de requalificação da Avenida dos Caminhos de Ferro, que já estava no ano passado, esperando que já tenha, pelo menos, passado da 1ª fase. Constata que existem imensas obras que já vêm no ano anterior e que não foram realizadas.

Considera que o presente orçamento é mais do mesmo, com muitas repetições, onde se verificam muitos parágrafos com descrições idênticas a orçamentos anteriores, que não foram executadas no ano passado, nem nos orçamentos anteriores, que acredita que sejam executadas em 2025.

Ressalta que se trata de um orçamento que, mais uma vez, pensa pouco nos contribuintes e abdica, novamente, da totalidade da participação variável no IRS. Lembra que a descida da percentagem que cabe aos municípios, proposta pelo PSD desde o ano 2015, não teria grande impacto na receita do orçamento municipal, que seria sempre compensado pelo crescimento da economia e do emprego. Afirma que seria uma prova inequívoca de que as pessoas estão primeiro e que cabe, também ao poder local, a solidariedade com os seus munícipes. Realça que a receita

do orçamento para 2025 tem um incremento de 700.000€, devido ao aumento da verba transferida pelo estado da participação do IRS.

Da análise às Grandes Opções do Plano para 2025 constata que continuam a existir verbas muito significativas para a recuperação para obras que já eram prometidas em desde 2016, mas que tardam em ser concluídas, dando como exemplo a recuperação do edifício dos Paços do Concelho, uma obra que já vem nos orçamentos desde 2016 e que ainda não terminou, pelo que questiona se existe alguma planificação dessas obras para que, alguma vez, se saiba quando terminam.

Transmite que este orçamento não corresponde, em nada, à visão que o PSD tem daquilo que deve ser uma autarquia, nem à forma de gestão que tomariam se fossem maioria.

Entende que uma autarquia local tem de ser a primeira, pela proximidade que tem com a população, a chegar a todos nas suas necessidades mais prementes, independentemente de a quem estejam atribuídas certas competências.

Considera ser um documento onde dificilmente se percebe um fio condutor e uma estratégia de desenvolvimento, onde não existe, mais uma vez, ambição para o concelho, não vendo medidas significativas capazes de atraírem investimento que traga o verdadeiro desenvolvimento económico.

Resume a sua análise, referindo que a CDU continua a perpetuar o imobilismo, a estagnação e pouco acrescenta em relação aquilo que já lhe conhecem.

Termina, fazendo alusão que estão em fim de um ciclo autárquico, que espera, para bem do futuro do concelho, que seja o fim do ciclo da CDU em Palmela.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que ouviu falar em estagnação, em falta de visão estratégica, em falta de espírito inovador e em falta de ambição, pelo que considera que o tempo que se vive exige uma cultura de exigência, de responsabilidade e, sobretudo, uma cultura de dignificação do exercício da atividade política. Observa que, só a dignificação do exercício da atividade política gera a confiança dos cidadãos nos titulares de cargos públicos e a confiança nas instituições, pois é muito importante para não se abrir a porta à demagogia, ao vazio de ideias e à ausência de reflexão crítica e apurada sobre uma visão de desenvolvimento para o concelho, que sabem que não é a mesma por parte das várias forças políticas. Considera ainda que essa visão deve ser debatida, também com sentido crítico, mas sempre de forma construtiva, porque só assim será possível incorporar contributos positivos para a evolução contínua do trabalho da autarquia.

Menciona que, para se conseguir esse objetivo, há que analisar com profundidade as diversas matérias, sendo necessário também ter conhecimentos efetivos das mesmas, em vez de se optar por *soundbites* que podem ser muito importantes para a imprensa, mas são muito pouco úteis para o esclarecimento dos cidadãos.

Crê que existiram algumas observações e comentários que os levam para um discurso cinzento, negativista, do “bota a baixo”, que não acrescenta nada de novo e só leva ao conformismo, à desistência e, sobretudo, a uma má imagem do exercício da atividade política que todos os eleitos têm obrigação de preservar, facto que não verificou em algumas das intervenções.

Respondendo à questão do aumento absoluto de trabalhadores entre 2024 e 2025, assume deveria estar plasmado no quadro do documento e esclarece a **Sra. Vereadora Mara Rebelo**, a quem agradece a questão, que em 2024 saíram 74 trabalhadores e entraram 73, estando previstas mais 15 entradas até final do ano. Informa que à medida que acontecerem aposentações ou outras saídas – haverá uma nova folga orçamental – pelo que o objetivo do Município será contratar. Transmite que existem necessidades evidentes de reforço de algumas equipas, pelo que farão de tudo para reforçar as equipas nas áreas em que seja necessário, sabendo que existem “balizas” orçamentais relativamente à contratação.

Recorda que, há alguns anos, eram acusados de terem uma grande despesa com pessoal, sendo essa a maior despesa do Município, pelo que fica satisfeito pela mudança de discurso, com o reconhecimento que, de facto, os trabalhadores do Município qualificam o serviço público, dão resposta às necessidades das populações e fazem falta. Menciona que gostava de ter ouvido a valorização que tem sido feita ao nível dos recursos humanos e do número de ações de formação profissional, que foi o maior dos últimos anos.

Acredita que, quando se discute um orçamento, com essa profundidade, é preciso apontar aquilo que corre menos bem, e considera que não fica mal aos eleitos da oposição apontarem algum elemento valorativo e de mérito, situação que não se verificou.

Relativamente ao Serviço de Atendimento, assume que existem dificuldades, que estão a tentar ultrapassá-las e a fazê-lo com medidas concretas. Relembra que foram implementados os serviços online e informa que o tempo médio de resposta no atendimento aos munícipes diminuiu significativamente. Quanto a reclamações, considera que acontecem em todas as instituições, e dá nota que efetuam o acompanhamento das mesmas. Faz referência à existência de um relatório mensal, onde sabem em que áreas incidem as reclamações, que tentam acompanhar de perto e encontrar formas de ultrapassar o que dá origem às mesmas.

Salienta que, também nesta matéria, gostava de ter ouvido falar da aposta de um projeto pioneiro, foi distinguido como uma boa prática europeia - a Loja Móvel do Cidadão - que irá ressurgir com uma nova viatura com dez novos serviços da Administração Central e aproximar o Município dos cidadãos que estão mais distantes dos balcões de atendimento, num serviço público muito importante para os munícipes, que tem sido reconhecido também ao nível nacional e internacional.

Concorda com a referência da gestão da frota e informa que ainda não têm o sistema de georreferenciação (estiveram a trabalhar na matéria, mas ainda não foi possível avançar). Deixa claro que têm tido uma preocupação muito grande e especial com a melhoria e otimização dos

circuitos e da frota. Lembra que têm vindo a adquirir vários veículos, que existe um plano nesse sentido, que continuará a sua concretização nos próximos anos.

Neste momento o Sr. Presidente intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** agradece a informação prestada pelo **Sr. Presidente** e considera que é esse o número e que merece ser valorizado.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, relativamente à questão da receita na água, saneamento e resíduos colocada pela **Sra. Vereadora Mara Rebelo**, dá nota que tem de crescer, pois se existe mais população – e o concelho de Palmela foi o terceiro que mais cresceu ao nível do país –, existem mais consumidores, mais consumo e mais receita. Faz referência à também despesa, pois não foi invocado que o crescimento foi ainda mais acentuado, porque continuam a internalizar custos que não são repercutidos nos municípios. Lembra o custo com os serviços face ao aumento exponencial da tarifa de deposição em aterro (que se discutiu na última reunião de Câmara Municipal), como inclusivamente o aumento da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), que o Município continua a suportar, no que respeita à tarifa de deposição, mais de metade do que deveria ser da competência dos municípios, na área dos resíduos sólidos urbanos e um terço do que é saneamento.

Esclarece que num território como o concelho de Palmela, com 465 quilómetros quadrados, é sempre desafiante pois não têm população suficiente para fazer repercutir os custos – como no Seixal, na Moita ou em Alcochete, que têm muita população, mas são concelhos territorialmente mais pequenos.

Salienta que a despesa subiu de forma mais acentuada do que a receita, pelo que continua a constatar-se um desequilíbrio.

Relativamente à questão colocada pelo **Sr. Vereador Carlos de Sousa** referente à Coopinhal, informa que o concurso ser lançado em breve. Mais informa que se trata de uma obra plurianual, respondendo assim à questão de ficar ou não concluído no presente mandato.

Dá nota que o logradouro da Escola José Joaquim de Carvalho, encontra-se em obra. Relativamente à nova escola de Palmela, refere que foi efetuado um grande esforço com os técnicos e dirigentes para um estudo prévio interno, pelo que está para breve a adjudicação do projeto de execução. Sobre o saneamento no Bairro Abreu Grande, explica novamente que já têm a própria consignação e o plano de segurança aprovado, tendo a empresa sido notificada para esclarecimento das razões do porquê de não entrar em obra (espera não ter que passar ao segundo concorrente).

Relativamente às alterações climáticas, volta a afirmar que compreende que o **Sr. Vereador Carlos de Sousa** foque a sua atenção na questão da arborização, pois é muito importante, mas esclarece que as alterações climáticas mitigam-se com muitas outras ações e intervenções que são transversais à atividade de qualquer Município. Esclarece ainda que, por esse motivo, não estão muitas linhas descritas na temática das alterações climáticas e não existe expressão financeira, porque, felizmente tiveram o apoio da ENA (Agência de Energia e Ambiente da Arrábida) através de uma candidatura no que respeita, por exemplo, ao PLAAC – Planos Locais de Adaptação às Alterações Climáticas, ou seja, têm o plano aprovado, sem expressão financeira. Faz referência ao PAC – Plano Ação Climática, um plano que já deveria estar aprovado, e ao facto de, através de uma adesão a um programa europeu – *Mission Adapt*, estar a ter consultadoria gratuita, pelo que não tem, ainda, expressão financeira. Destaca a 2.ª fase da Ribeira da Salgueirinha, com 1 milhão de euros, e lembra as limpezas de linhas de água, desratização e desbaratização, remodelação das redes ao nível do saneamento e das águas no combate às perdas, ações que considera contribuir para a mitigação das alterações climáticas, tal como o investimento que se encontra a ser realizado nas ciclovias, quer em projeto quer em obra. Dá ainda como exemplos de defesa do ambiente os postos de carregamento de veículos elétricos, a requalificação do espaço público com nova arborização e novo paisagismo, o Pinhal Novo Verde, a intervenção no Mercado Mensal com 500 árvores, o Ecoparque, o Pinhal Verde urbano, o comboio de bicicletas da Escola Matos Fortuna e muitas outras atividades a nível do ambiente que têm tido apoio do mecenato e não têm assim expressão financeira.

Em relação a obras, menciona algumas concluídas no ano de 2024 como a Rua da Lusitânia, Rua da Holanda, prolongamento da Rua da Holanda, Rua dos Potes, Avenida do Brasil, Rua da Paz, Rua das Tílias, Rua de São Francisco, Rua de Amesterdão, Rua de Roterdão, Pátio dos Sombreiroiros e a Rua 1.º de Maio, no Terrim. Esclarece que as intervenções invocadas pelo Partido Socialista têm uma razão fatual e uma explicação, porque ainda continuam de um ano para o outro. Dá nota que o Bairro Margaça será ao nível das águas, para o ano 2025, e Rua do Transformador, será nova também ao nível do saneamento. Lembra os loteamentos inacabados pelos promotores e que a Câmara Municipal herda, muitas das vezes com cauções desajustadas da realidade atual e dá como exemplo a conclusão das obras exteriores da Expofirme, a ligação de Vale de Touros na Rua do Aviário, a Rua da Paz, a Rua Arlete Lima do Vale e a Rua de Setúbal, no Padre Nabeto, assim como os trabalhos acessórios na Vila Amélia, que se encontram concluídas. Assinala também a segunda fase da Lagoinha, com algumas das ruas já referidas, e a Rua de Cajados que foi concluída. Faz também referência à Praceta Firmino Camolas e à requalificação dos espaços verdes na zona nascente da Nova Palmela.

Neste momento alguém intervém, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** afirma que se tratam de obras que já estão concluídas e que não passam de ano para ano. Relativamente ao ano 2024, refere que acresce a tudo o que já foi mencionado na área das Obras Municipais, o saneamento já comprometido, com 4 milhões de euros, 2 milhões de euros, nas águas, quase 7 milhões nos resíduos e 1.373 mil euros, na mobilidade, pelo que considera que os números falam por si.

Lembra que as intervenções/obras que transitam de ano para ano, tem a sua explicação factual e sido, ao longo do tempo e de uma forma transparente e objetiva, explicada a todos os(as) Srs.(as) Vereadores(as).

Relativamente à Ribeira da Salgueirinha, relembra que, já foi várias vezes explicado, a Câmara Municipal se substituiu à Administração Central, sendo que o troço que não foi executado é responsabilidade única da Infraestruturas de Portugal, pelo que solicita ao **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, pois o seu partido está no Governo, que exerça uma influência, tendo em vista a execução da intervenção. Dá nota que a Infraestruturas de Portugal não aprovaram nenhum dos projetos que fizeram e queria que a Câmara Municipal executasse aquilo que, ao longo dos anos, nunca fizeram.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** esclarece que existem 9.174 árvores na Freguesia de Pinhal Novo

O **Sr. Presidente** agradece a existência do cadastro e felicita o Sr. Vereador por essa iniciativa nos espaços verdes.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** clarifica que as intervenções das árvores são efetuadas onde as pessoas vivem, onde existem prédios e alinhamentos de ruas, pelo que, apesar de concordar que são necessárias mais árvores, reforça o número que existe Freguesia de Pinhal Novo.

O **Sr. Presidente** considera que estão explanadas as questões de princípio e a visão de cada uma das bancadas.

A **Sra. Vereadora Julieta Rodrigues** afirma que ficam satisfeitos quando o **Sr. Vereador Luís Calha** partilha que existiu uma redução no tempo de resposta às reclamações, mas questiona qual é o atual tempo de resposta médio.

O **Sr. Presidente** esclarece que existe uma redução substancial e assim como no tempo de espera nos postos de atendimento.

Face à resposta do **Sr. Presidente**, a **Sra. Vereadora Julieta Rodrigues** questiona novamente qual o tempo atual médio e não a redução.

O **Sr. Presidente** refere que pode disponibilizar a informação posteriormente até porque a mesma é objeto de relatório efetuado pelos serviços de uma forma muito objetiva. Considera que é bom decifrar também que o número de reclamações, seja de que área for, também recaem sobre uma matéria que muitas vezes é referida, em vez de ser crítica sobre quem prevarica e comete o crime ambiental, para ataques de natureza política ou partidária, quando o mesmo acontece em todo o país, que tem está relacionada com a área dos resíduos. Dá nota que em matéria de limpeza urbana e de resíduos, o número de reclamações, basta consultar porque as mesmas são partilhadas na página da Internet, reduziu para metade do que era no mandato anterior. Informa que todos os dias são confrontados com situações que não gostam de ver no espaço público ou abandonadas à beira das estradas, mas considera que tem existido menos falha na recolha e um trabalho notável. Realça que não está tudo feito, nem na perfeição, mas não aceita a política de “terra queimada”, nem admite afirmações, como o “concelho é uma lixeira”. Observa que, quem está na política por bem tem a responsabilidade e aportar soluções, críticas, mas fazer abordagens dessa natureza no concelho de Palmela é contranatura e não abona a favor da imagem do concelho de Palmela. Apela para que se deixe as pessoas julgar e dá nota que existem pessoas de outras localidades e que reconhecem o concelho de Palmela, porque têm níveis de comparação. Partilha que esteve no Conselho Metropolitano, em Lisboa, com pessoas a acompanhar que não frequentam essa zona e partilharam a intenção de fotografar esses locais para perceberem a diferença. Reforça que não gosta de presenciar certas situações, mas não pode ter uma brigada, de hora a hora, atrás de cada cidadão. Dá nota que estão a melhorar o sistema, a evitar que se utilize os contentores e se opte pela recolha porta-a-porta. Partilha também que o tentaram fazer, no mandato anterior, no Centro Histórico e que, através de um inquérito, a generalidade dos residentes não quis ter contentores para recolha porta-a-porta (por questões de espaço ou higiene).

Refere que podem acusar a Câmara Municipal de não fazer mais, de não procurar diversificar os sistemas de recolha, de não apostar nas campanhas de sensibilização, que não são campanhas coercivas e recorda que nunca se investiu tanto na área. Menciona a situação que aconteceu em Lisboa com a recolha do lixo. Informa que em Palmela também fazem fiscalização e que os fiscais não chegam para “as encomendas”, sendo muito difícil identificar e ainda mais difícil conseguir aplicar a contraordenação e encontrar o verdadeiro culpado.

Considera ser uma matéria que o Município e o executivo não podem ser acusados de não terem feito nada e fazer uma descrição “catastrófica” do estado da limpeza do concelho, porque não é verdade. Alude que até as Juntas de Freguesia, que tiveram dificuldades no arranque inicial da limpeza e na varredura, têm feito um trabalho de grande progresso e recuperado atrasos. Dá como exemplos a melhoria da limpeza em Águas de Moura e a inexistência de reclamações no Poceirão.

Assinala que cada um tem o direito à sua opinião, mas crê que têm de ser um pouco mais rigorosos e não generalizar. Dá como exemplo a generalização da falta de pressão de água, quando deixaram de existir reclamações sobre a pressão da água ou, quando existem, é porque houve algum incidente e está a ser reparado. Informa que, mesmo quando persistem reclamações sobre a pressão da água, realizam medições do caudal à entrada de prédios e estão todos dentro dos valores regulamentares. Salienta que são prédios antigos com canalizações que tem de ser resolvidas com obras das redes prediais.

Quanto ao número de ruturas, assume que ainda existem muitas, mas reduziram substancialmente, situação que origina tomar algumas opções de reabilitação de condutas, que estavam previstas para um local, e estão a ser priorizadas para outro, pois têm que “atacar” onde esses episódios acontecem com mais frequência.

Recorda que, como nunca, tem sido feito um investimento na reabilitação e convida os(as) Srs.(as) Vereadores(as) a consultarem a matriz da água no próximo ano, com os dados referentes aos anos anteriores (deixaram de editar em outubro para passar a editar em março), onde podem verificar, nos últimos anos, o número de quilómetros de condutas reabilitadas, o aumento do número de ligações, a água retirada, bombada, faturada, consumida em consumos próprios e a desperdiçada, e constar que o sistema está muito mais eficiente, situação que a própria ERSAR afirma.

Solicita, novamente, que não se façam generalizações, pois quando existirem razões de queixa, os municípios reclamam e a Câmara Municipal justifica.

Relativamente às comparações com o orçamento inicial, considera que só vale a pena fazer com o orçamento final, das modificações e se paga muito até final do ano, até de obras que estão cabimentadas para 2025. Dá como exemplo a obra da Rua de Montinhoso, na Venda do Alcaide, Pinhal Novo, onde questionou os técnicos porque é que ainda estão previstos 100 mil euros para 2025, quando passou pela obra e a mesma já está muito adiantada, sendo que o auto e a sua conclusão estão previstas para antes do Natal, mas a justificação é que a faturação terá de passar para 2025. Sobre essa situação explica aos(às) Srs.(as) Vereadores(as) e até estranha algumas “vozes”, pois sempre foi claro nessas matérias, o que leva a concluir que se não sabem o que é então também não sabem o que é programar, trabalhar e candidatar obras. Esclarece que as obras têm de estar vários anos inscritas em orçamento, tem de existir rubrica aberta. Se quiserem candidatar a qualquer operação, têm de colocar verba a definir (não pode ter verba definida se for a financiamento) senão o Tribunal de Contas não dá o visto. Acrescenta que tem de ter verba para projeto e estudos prévios, depois a cabimentação final quando têm o financiamento, seja por empréstimo ou por receitas próprias, no ano seguinte ou em dois anos para fazer, situação que acontece com as obras que referem que já vêm de alguns anos, que passam por essa fase. Considera que é indispensável e mérito do Município porque, de outra forma, não teriam apoios para algumas candidaturas.

Faz menção ao facto da ITI da AML ter sido aprovada tardiamente, situação que foi partilhada com todos, e refere ser inacreditável aquilo que deveria ser realizado no mandato 20/30 é para executar entre 25/27, em que as candidaturas podem ser feitas ou abertas até final de 2024 e outras até final de 2025. Dá nota que conseguiu na AML que essas candidaturas ficassem especificadas nas prioridades políticas (que antigamente eram prioridades de investimento), pelo que tem que as ter nomeadas no plano. Destaca que, ainda assim não existe, para já, capacidade de realização da obra e dá como exemplo o facto de ter arriscado a adjudicação dos arruamentos do Centro Histórico, cuja verba não chega, pelo que só será prevista em 2025 e 2026, pois a candidatura será feita até final de 2024. Acrescenta ainda, no que respeita à apresentação de candidaturas, que umas necessitam de ir já com o projeto de execução elaborado, outras só com o estudo preliminar e outras exigem que exista despesa nos 90 dias após a candidatura. Resume que, quando existem atrasos, os mesmos são explicados, facto que tem sido clarificado com toda a transparência, pelo que lamenta que os(as) Srs.(as) Vereadores(as) tenham algumas posições e tenham algumas considerações, quando estão num Município que pratica e exercita a democracia, que partilha toda a informação, de forma tão escarpelizada. Lembra que partilha toda a informação ao pormenor, nomeadamente se existe um problema em determinada obra, se ficou deserto o procedimento, se o preço aumentou e têm que o rever, ou se estão à espera para adjudicar porque falta determinado parecer ou a autorização da Sra. Ministra.

Reforça que as GOP's são plurianuais e salienta que relativamente às obras citadas, se forem visitar o empréstimo, percebe-se muito bem que estão para os dois anos – 2024 e 2025, dando como exemplos obra da Coopinhal para serviços, o Bairro José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, a rotunda do Caminho de Ferro e a Avenida dos Caminhos de Ferro, para a Estação de Palmela. Esclarece ainda que, quando o empréstimo está aprovado é obrigado a colocar a dotação para os dois anos, não podendo ser em 2026/2027, porque o empréstimo é para gastar até 2025, pelo que se torna evidente que estas obras já têm de estar em orçamento. Aponta ainda a estrada de acesso ao Padre Nabeto, uma obra que não se falou e que no empréstimo e no plano sempre esteve para 2025, pretendendo-se que seja a última intervenção para 2025.

Como considera que está tudo explicado, não percebe como é que os(as) Srs.(as) Vereadores(as) se “atrevem” a fazer esse tipo de inferências de que “não existem obras e andam sempre para trás e para a frente”.

Menciona mais obras que estão com rubrica aberta, candidatura, estudos prévios, projetos e empréstimos, pois é assim que se trabalha, com um orçamento plurianual transparente. Convida a visitarem os documentos de outras câmaras municipais, onde são força política maioritária, para verificarem que está tudo em grandes rubricas.

Sobre o Pinhal Novo Verde refere que já foram aduzidas algumas coisas, mas considera ser necessário conhecer melhor, nomeadamente a 2.ª fase, que diz respeito a ilhas que estão na zona de Vale Flores – onde já estão duas feitas e que pretendem continuar a fazer em 2025.

Quanto aos projetos de reflorestação, informa que, há dois anos, só na serra plantaram 4000 e, no ano seguinte, mais 2000 árvores. Transmite que não se trata de uma questão de milhares e de números, pois têm que plantar e garantir que são cuidadas, conservadas, sendo que esses pulmões demoram a consolidar-se.

Sobre a referência à Hempel, informa que lançaram um procedimento por convite e a empresa não aceitou fazer o projeto pela verba disponível, situação que acontece pelo segundo ano consecutivo.

Quanto à verba para o espaço público com jardins, dá nota que no texto explicativo deixou alguns exemplos e referiu as obras corretamente. Relativamente à questão da OIL do espaço público em Poceirão e Marateca, encontra-se na Avenida de Palmela, que citou e, em Águas de Moura, na Avenida da Liberdade. Dá nota que os projetos foram aprovados em 2024 e os concursos serão lançados em 2025, pelo que não desapareceu, tendo sido desagregado em dois projetos específicos.

No que concerne às unidades locais de proteção civil, refere que, todos os anos, fazem a sua dinamização e que procuraram criar um novo projeto “Aldeia Segura” com os moradores de Aires e da Baixa de Palmela, que está a funcionar, embora não da forma como desejavam. Menciona que, também com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo tentaram, mas a sua concretização depende da vontade das juntas e dos cidadãos que têm que se agregar a essa unidade local de proteção civil. (não deve deixar de tê-la como objetivo). Realça que, as intervenções e apoios na área da proteção civil, merecem elogios de norte a sul do país e que, só nesta reunião, é que todos acham que se faz muito pouco.

Explica que a Escola Joaquim José de Carvalho, apareceu várias vezes, mas foram realizadas algumas intervenções. Dá como exemplo, as intervenções realizadas nos Espaços de Jogo e Recreio nas escolas Joaquim José de Carvalho e Alberto Valente. Informa que, desde o final do ano de 2023 e até 2024 já fizeram as seguintes obras de Espaço de Jogo e Recreio: na Escola Básica de Algeruz/Lau, no Jardim de Infância da Lagoa do Calvo (foi visitado na Semana da Freguesia), na Escola n.º 2 de Palmela, na Joaquim José de Carvalho pré-escolar (o resto do logradouro e acessibilidades é empreitada que já se iniciou e está para 2025 porque os autos serão pagos nesse ano), na Escola do 1º ciclo do Bairro Alentejano, do pré-escolar da António Matos Fortuna, na António Santos Jorge (novo), em Pinhal Novo; na Escola Básica José Eduardo Xavier (novo), na Escola Básica José Saramago (novo), na Urbanização do Sobreiro Grande de Águas de Moura (novo e concluído), da Terra do Pão (com remodelação total e alargamento da área de segurança), do Jardim da Salgueirinha, da Vila Paraíso, da José Saramago, da Escola Básica da Palhota (novo), da Escola Básica de Aires 1.º Ciclo, do Jardim de Infância das Lagameças, do Jardim de Infância de Aires, da Venâncio Ribeiro da Costa, do circuito fitness da ilha de Santiago, da Exporfirme (na sequência da operação de loteamento, que incluiu também circuito sénior), da Firmino Camolas (que já foi referido), da Praceta Nova Palmela Nascente, do

Sobral da Quinta do Anjo (com substituição de parte do equipamento), do Loteamento da Graúda. Refere também a recuperação de pisos de segurança em Aires, Sobreiro Grande, Matos Fortuna, Alberto Valente, entre outros.

Apresenta ainda outras obras realizadas no ano 2024 como a requalificação do Centro Comunitário de São Pedro de Cajados (concluído e pago), Novo Espaço Multiusos, na Escola Básica de Olhos de Água 2 (concluído), reforço estrutural da Escola Básica da Palhota (feito), substituição da cobertura da Escola Básica de Olhos de Água, zona de Jardim de Infância, com um telhado novo num valor de quase 100 mil euros, requalificação do antigo edifício da GNR em Palmela, em que executaram a primeira fase da empreitada pois tiveram que dispensar o empreiteiro pois não desenvolvia a obra, sendo que irá ser lançada a segunda fase com a verba do empréstimo, recuperação do Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, uma obra que rem de ter 3 fases. Dá nota que a candidatura só pagou uma parte, sendo a outra com receitas próprias. Esclarece que tem de ter 3 fases e estar 3 anos no orçamento (está há 4 anos no orçamento por causa da candidatura que vem do mandato anterior). Explica que primeiro fez-se o telhado novo, instalação nova, janelas novas, alvenarias recuperadas, cantarias entre outras e que a terceira fase será a parte dos serviços, como o sótão, a parte do atendimento telefónico, o *backoffice*, a deslocalização de serviços e a melhoria das instalações para os(as) trabalhadores. Realça que se trata de um edifício nobre para atos oficiais, mas é também de serviços, pelo que os(as) trabalhadores(as) têm de possuir todas as condições e tecnologia de ponta, sem interferir com o edifício que tem questões de preservação, imagem histórica para continuar a ter o seu valor patrimonial.

Dá nota da substituição de vãos envidraçados, da melhoria de eficiência energética em habitações, das reparações em habitações do parque municipal, obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento – Bairro Faria, Vale Flores, Expofirme, onde o Município anda a fazer de promotor de loteamentos para permitir às pessoas que fizeram investimento nos seus lotes poderem construir. Menciona também a ligação da rede de drenagem em Vale de Touros ao coletor da Rua do Aviário, a Rua da Paz, a Rua de São Francisco e outras ruas internas. Transmite que a Câmara Municipal investiu nessas obras, que decorreram em três anos, com 2 grandes fases e uma pequena de ligação do emissário na Rua do Aviário, 1,4 milhões de euros, onde conseguiram ligar 190 fogos, sendo que a Entidade Reguladora não quer que se façam investimentos dessa natureza.

Assinala também os trabalhos na Estrada de Vila Amélia, a ligação da drenagem na Rua Arlete Lima do Vale à Rua de Setúbal, a 2ª fase da drenagem de águas residuais domésticas em Cajados, num investimento de 200 mil euros, como quilómetros de edifícios dispersos ligados, num investimento entre 900 mil a 1 milhão de euros (inclui a 1.ª fase, que vem do mandato anterior, e uma estação elevatória e a 2ª fase), o prolongamento da Rua João de Deus, em Pinhal Novo, (uma obra que estava a meio do Pinhal Novo, em ligação ao cemitério, por resolver com terrenos privados e um arruamento num centro urbano em terra batida, de acesso a equipamentos

coletivos), a Quinta do Canastra/Sobral, 2.ª fase, a 2.ª e 4.ª fase no prolongamento da Rua José da Cruz Coelho. Refere também que existe no orçamento para 2024 a Rua Zeca Afonso, estando a fazer o esforço para a lançar, mas só será paga em 2025.

Alude que é normal algumas obras estarem vários anos em orçamento, o que não significa que não estão a ser executadas, e lembra que algumas são realizadas por fases porque têm as interligações.

Destaca que, só em projetos no ano de 2024, já fizeram 69 concursos públicos, foram comprados 18 projetos ao exterior, fora os que fazem internamente. Destaca ainda que têm cerca de 100 obras a decorrer, a concluir e a concurso. Manifesta que gostava que as intervenções andassem mais depressa e que pudesse inaugurar tudo até ao mês de março de 2025. Assume que, para o executivo, o compromisso é lançar tudo e ter tudo “na rua”. Ressalta que prestam contas e sabem o que têm feito e o que está atrasado, partilhando as verdadeiras razões.

Salienta que este orçamento e este plano têm capacidade de planeamento com visão estratégica e com capacidade de execução. Quando se afirma que só se faz obras que são financiadas por fundos comunitários e pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), assume que não se importava até de fazer mais e que financiassem mais (como têm financiado em outras regiões do país).

Volta a recordar, o que mencionou na apresentação, que têm no investimento 40% feito com financiamento próprio, com as receitas próprias da autarquia. Quando afirmam que a receita cresce, são 300 mil euros e é pouco, considera que a comparação com o orçamento inicial tem de ser feita, pois quando for apresentada a prestação de contas, a comparação terá de ser feita com a prestação de contas do ano anterior, porque o orçamento do final do ano, devido a obras que transitam, tem sempre diferenças. Explica que o orçamento vai crescer com o empréstimo que será contratualizado, com mais cerca de 900 mil euros do Orçamento de Estado, com os 2.600 mil euros do novo empréstimo e com as candidaturas que vão ver aprovadas.

Considera que haverão sempre insuficiências e questões que possam apontar, mas solicita que não se desvirtue, nem se manipule a informação e os dados concretos.

Volta a referir que, quando se chegar ao mês de abril, irá ver-se o grau de execução dos compromissos e o grau de execução física e financeira.

Referindo-se ao **Sr. Vereador Roberto Cortegano** quando afirma que o executivo tem sempre as mesmas obras, o **Sr. Presidente** afirma que o mesmo tem sempre o mesmo discurso, um pouco de “bota abaixo” e não reconhece nada do que está feito, pois o feedback que tem é diferente.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** interrompe e afirma que também ouve o que as pessoas dizem.

O **Sr. Presidente** afirma que fala com todos, ao contrário do PSD que só falam com alguns.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** menciona que não lhe parece.

O **Sr. Presidente** responde que ouve e acolhe muitas vezes as chamadas de atenção que faz. Lembra que o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** votou contra, e tem vindo a votar contra o orçamento, uma obra que o PSD solicitou que fosse priorizada e que será executada em 2025 por via do empréstimo – a Rua dos Marinheiros, em Brejos do Assa.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** questiona se lhe está a perguntar se votam contra a obra.

O **Sr. Presidente** afirma que se votam contra o orçamento, está contra a obra.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** solicita que o **Sr. Presidente** deixe de demagogia para enganar as pessoas.

O **Sr. Presidente** afirma que o Sr. Vereador Roberto Cortegano colocou em causa o orçamento.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** interrompe novamente para elucidar que votam contra este orçamento e todos os outros que sejam iguais.

O **Sr. Presidente** solicita ao **Sr. Vereador Roberto Cortegano** para que imagine que o orçamento é reprovado.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** volta a interromper e refere que estão a falar de uma obra que trouxeram muitas vezes e que foi mal escolhida.

O **Sr. Presidente** responde que está em orçamento e será executada no mandato. Salaria que quando se apresenta às eleições tem um programa eleitoral onde estão todas as obras que se propõem fazer.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** interrompe novamente para afirmar que é sempre igual.

O **Sr. Presidente** reforça que não é sempre igual. Realça que não viu no programa eleitoral do PSD, nem de outras forças políticas, pelo que desafia a mostrar.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** afirma que o **Sr. Presidente** viu mal.

O **Sr. Presidente** volta a referir que nessa matéria em concreto estiveram sintonizados e que valia a pena priorizar essa obra. Reforça que está no programa e será executada, pelo que não admite atitudes desta natureza. Considera perfeitamente normal a postura crítica, construtiva, com todo o direito a dizer que faria melhor e diferente do PS, ao invés do PSD que vota contra um orçamento que tem obras reclamadas, reivindicadas pela população, com base em alguns sofismos e falácias, situação que não lhe parece bem. Refere que está é uma forma de ver quem está a trabalhar por Palmela ou quem está apenas para fazer "frentismo", limitando-se a dizer não porque não, situação que já estão habituados.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** afirma que fica bem esclarecido.

O **Sr. Presidente** considera que este é o orçamento que o concelho precisa, que corresponde às expectativas, às propostas da população, aos compromissos que assumiram para com mesma, pelo que continuarão a implementá-lo e a fazê-lo com toda a dedicação. Espera, no final de 2025, ter um elevado nível de execução. Embora não sendo o próprio a prestar contas em 2026, espera que as intervenções sejam concretizadas, pois são fundamentais e estratégicas para o avanço que Palmela tem vindo a reconhecer.

Dirigindo-se à **Sra. Vereadora Mara Rebelo**, o **Sr. Presidente** dá nota que sobre o Núcleo Local de Garantia para a Infância de Palmela existe um ponto de situação que pode partilhar. Dado ao avançado da hora, solicita à **Sra. Vereadora Maria João Camolas** que faça depois um ponto de situação porque sabe que tem uma visão interessante sobre a matéria. Garante, no entanto, que estão a trabalhar na matéria, têm resultados e a implementar o que lhes compete. Passa à votação da proposta, sendo que a continuação da discussão passará para a Assembleia Municipal.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com os votos contra do PSD e do M CCP e a abstenção do PS. Aprovado em minuta.

Neste momento o **Sr. Presidente** ausenta-se da sala.

O **Sr. Vice-presidente Sr. Luís Miguel Calha**, assegura o comando da reunião durante a sua ausência.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Divisão de Recursos Humanos

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha**, é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Mapa de Pessoal para o ano de 2025 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

PROPOSTA N.º DAFRH_DRG 01_24-24:

«Anualmente, no âmbito de cada exercício orçamental, o município de Palmela, na qualidade de entidade empregadora pública, promove o levantamento previsional de necessidades de capital humano, para satisfação de necessidades permanentes e temporárias do serviço público, tendo por respaldo as atribuições e competências cometidas aos diversos serviços municipais, em alinhamento com a missão e os objetivos estratégicos do município, bem como a sustentabilidade económico-financeira.

Tal previsão de necessidades, atento o preceituado no art.º 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), é materializada no mapa de pessoal, instrumento privilegiado de trabalho no planeamento e gestão estratégica de recursos humanos no contexto municipal, que incorpora os postos de trabalho necessários ao cumprimento/prossecação dos objetivos da organização e ao desenvolvimento das atividades municipais, atentas as respetivas atribuições e competências, concretizando visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, de acordo com o princípio da prestação de serviço público eficiente, eficaz e de qualidade.

Como instrumento de gestão previsional, o mapa de pessoal, com vigência temporal anual, é aprovado em simultâneo, com a proposta de orçamento municipal para vigorar no ano seguinte, em consonância com o estabelecido no artigo 28º da LTFP em articulação com o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Considerando que a Câmara Municipal de Palmela tem como vetor estratégico a constante qualificação do serviço público, através da gestão participada, da inovação e da valorização das trabalhadoras e trabalhadores, promovendo a respetiva capacitação para novas necessidades e responsabilidades, avaliando o potencial de desenvolvimento para abraçar novos desafios em diferentes contextos funcionais/profissionais, torna-se determinante a adoção de uma gestão de recursos humanos integrada, agregadora e inclusiva, focada nas pessoas, como elemento diferenciador e promotor do desenvolvimento no seio da organização, fomentando assim uma cultura organizacional orientada para a prestação de um serviço público de qualidade, de acordo com critérios de eficácia, eficiência, racionalização e otimização de meios (artigo 29º, nºs 1 e 2 da LTFP).

A proposta de mapa de pessoal para 2025, consagra o total de 1491 postos de trabalho, dos quais 1198 se encontram ocupados e 285 vagos - alguns destes (71) cativos para salvaguarda de provimento nas respetivas categorias de origem de trabalhadoras/es que se encontram,

atualmente em regime de mobilidade intercategorias, regime de comissão de serviço em cargos dirigentes, períodos experimentais e mobilidades na categoria em outras entidades públicas. Prevê-se a criação de 8 postos de trabalho na carreira técnica superior.

Os postos de trabalho, efetivamente, vagos e a criar visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento, a efetivar no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar e outros a desencadear, ou com recurso ao instrumento da mobilidade na categoria com o objetivo de suprir necessidades permanentes de serviço existentes e outras que se antecipam face à transferência de competências da administração central para o município, nas áreas da saúde e social, com acréscimo e complexidade de responsabilidades, por forma a permitir mitigar a falta de capital humano em áreas técnicas e também operacionais (com exigência de maior qualificação).

Salienta-se que, durante o ano de 2024, no âmbito dos diversos serviços municipais, se efetivou a mobilidade interna na categoria de 27 trabalhadoras/es, bem como 2 mobilidade intercategorias (coordenação técnica na área administrativa), as quais, precedidas da concordância das/os respetivas/os trabalhadoras/es, tiveram subjacentes razões de conveniência para o interesse público. Tal potenciou a otimização das competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e consequentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação das/os trabalhadoras/es.

Nos termos da LTFP, a cada carreira/categoria profissional, constante no mapa de pessoal, deverá corresponder um conteúdo funcional, com descrição das funções e atividades chave segundo as múltiplas áreas de trabalho existentes, com correspondência às atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas (artigo 80º, n.º 1). Em complemento, prevê o artigo 10º do Decreto-Lei nº 121/2008, de 11 de julho, que esta caracterização dos conteúdos funcionais inerentes aos postos de trabalho deverá constar em regulamento interno. No Município de Pamela, tal regulamento encontra-se em vigor desde 1 de janeiro de 2012, precedido de aprovação em sessão da assembleia municipal, realizada em 16 de dezembro de 2011, tendo sido objeto de quatro revisões, a última das quais no ano transato.

Assinala-se que o Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas referentes aos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal, constitui um instrumento importante de suporte à gestão integrada de recursos humanos, com impacto nas diversas valências de recursos humanos - recrutamento e seleção, mobilidade interserviços, avaliação de desempenho e formação profissional - coligindo informação específica e essencial sobre a complexidade funcional, as atividades e as responsabilidades inerentes ao desempenho das funções, em alinhamento com a missão, atribuições e competências cometidas a cada serviço.

Tendo como referencial o levantamento das necessidades de recursos humanos e a gestão previsional dos postos de trabalho a constar no mapa de pessoal para 2025, atento o atual modelo

de organização dos serviços municipais, considera-se pertinente proceder novamente à revisão daquele regulamento (que se anexa), com o propósito de efetuar, designadamente: (i) a descrição do conteúdo funcional e competências associadas a postos de trabalho de unidades orgânicas recentemente criadas, bem como a revisão do acervo de funções de áreas de trabalho considerando o complemento de atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas, em consonância com as alterações aprovadas aos regulamentos da estrutura orgânica mista e dos cargos de direção intermédia de 3º grau da Câmara Municipal de Palmela; (ii) a criação de áreas funcionais específicas em algumas carreiras e extinção de outras, com a atualização dos respetivos conteúdos funcionais inerentes a esses postos de trabalho; e (iii) a atualização de descritivos funcionais cuja caracterização funcional e as especificidades inerentes à respetiva área de intervenção foram objeto de complementaridade.

Decorre ainda de imperativo legal (Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro), para efeito de reconhecimento à atribuição do suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, a trabalhadoras/es integradas/os na carreira de assistente operacional, a necessidade de o mapa de pessoal conter a caracterização dos postos de trabalho das áreas funcionais elegíveis para o efeito, concretamente: (i) recolha e tratamento de resíduos; (ii) tratamento de efluentes; (iii) higiene urbana; (iv) saneamento; (v) procedimentos de inumações, exumações; transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas; (vi) limpeza de canis e recolha de cadáveres animais; (vii) asfaltamento de rodovias, com área de afetação às Divisões de Águas (DA), Infraestruturas e Espaço Público (DIVEP) e Serviços Urbanos (DSU).

Foram ouvidas as organizações representativas das/os trabalhadoras/es, e auscultadas/os dirigentes dos diversos serviços municipais, de modo a refletir os conhecimentos e a visão das/os responsáveis dos diversos serviços municipais, e assim obter uma caracterização precisa e fidedigna da totalidade dos postos de trabalho, com a identificação das respetivas atribuições, funções e atividades.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 01 de novembro e 50-A/2013, de 11 de novembro, delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela que, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da referida lei e da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 29.º da LTFP, aprovar o mapa de pessoal para o ano 2025, bem como a revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, em anexo.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com abstenção do PS e PSD e votos a favor da CDU e do M CCP. O Sr. Presidente não vota na presente proposta por se encontrar ausente dos trabalhos. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Divisão de Finanças e Aprovisionamento

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 7 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos - Adjudicação

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 01_24-24:

«Na sequência da aprovação em Assembleia Municipal, realizada no dia 26/09/2024, do pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo, conforme estabelecido no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, foi aprovado em reunião de Câmara, realizada em 16/10/2024, a consulta às seguintes entidades bancárias para apresentação de propostas:

- ABANCA, Corporación Bancária
- Banco Português de Investimento
- Banco Santander Totta
- Caixa Geral de Depósitos
- Crédito Agrícola
- Millennium BCP
- Montepio Geral
- Novo Banco

O prazo para apresentação de propostas decorreu até às 16:30 do dia 12/11/2024.

À consulta efetuada submeteram proposta as entidades bancárias constantes do quadro seguinte e pela ordem indicada, com exceção do Novo Banco que não respondeu ao convite formulado.

Nome	Data e hora
1. Banco Santander Totta	30/10/2024 10:56
2. Caixa Geral de Depósitos	06/11/2024 09:59
3. Montepio Geral	11/11/2024 12:29
4. Banco Português de Investimento	11/11/2024 19:05
5. ABANCA, Corporación Bancária	12/11/2024 11:06
6. Crédito Agrícola	12/11/2024 15:00
7. Millennium BCP	12/11/2024 16:23

A abertura de propostas ocorreu no dia útil seguinte, 13/11/2024, pelas 14:30, na presença do diretor de Departamento de Administração e Recursos Humanos, do Chefe da Divisão de Finanças

e Aprovisionamento, e da Técnica Superior da Divisão de Finanças e Aprovisionamento, Maria Isabel Remechido.

Da análise das propostas, deliberou-se admitir todas as propostas rececionadas por cumprirem todos os requisitos exigidos na consulta efetuada, nomeadamente no que se refere a:

- Natureza do empréstimo: empréstimo de médio e longo prazo;
- Montante: 2.560.000,00 €
- Finalidade: Financiamento de investimentos para um conjunto de obras e projetos incluídos (ou a incluir) no Plano Plurianual de Investimentos, 2024-2028;
- Prazo Global: 15 anos;
- Prazo de Utilização: 3 anos após data do visto do Tribunal de Contas;
- Amortização de capital: a 1.ª amortização de capital ocorrerá no último dia do prazo de utilização do empréstimo e cada uma das demais no correspondente dia de cada semestre subsequente;
- Prestações: Constantes de Capital e Juros;
- Pagamentos: Semestrais;
- Taxa de Juro: Indexada à Euribor a 12 meses;
- Comissões: Isento;
- Liquidação Antecipada: Possibilidade de amortização do empréstimo, total ou parcial, sem qualquer penalização.

Apresentando as propostas todos os requisitos exigidos na consulta, o que as irá diferenciar será o *spread*, resultando na seguinte ordenação dos concorrentes:

QUADRO 1

Nome	Spread	Ordenação
Caixa Geral de Depósitos	0,28%	1º
Montepio Geral	0,34%	2º
Banco Português de Investimento	0,385%	3º
ABANCA	0,44%	4º
Millennium BCP	0,50%	5º
Crédito Agrícola	0,79%	6º
Banco Santander Totta	1,45%	7º
Novo Banco	Não respondeu	

As propostas apresentadas e respetiva intenção de adjudicação foram disponibilizadas a todos os concorrentes, em 15/11/2024, tendo-se concedido o prazo de 10 (dez) dias para que os mesmos, caso assim o entendessem, se pronunciassem ao abrigo da exigência legal do direito de audiência prévia, em conformidade com o disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo. Terminado este prazo, não foi recebida qualquer pronúncia.

De acordo com estipulado no art.º 52.º da Lei n.º 73/2023, de 3 de setembro, o Município de Palmela cumpre o limite da dívida total, conforme se constata pela aferição da dívida total à data de 30 de setembro de 2024, detendo, naquela data, margem de endividamento de 11,1 milhões.

QUADRO 2

Aferição da Dívida Total (setembro 2024)			
1. Limite dívida total			
Receita corrente líquida	2021	(1)	55.065.172
	2022	(2)	62.219.288
	2023	(3)	61.929.713
Média da Receita Corrente		(4)=(1+2+3)/(3)	59.738.058
Limite dívida total		(5)=(4)*1,5	89.607.087
2. Endividamento		(6)	14.597.514
3. Margem total disponível		(7)=(5)-(6)	75.009.573
4. Margem utilizável		(8)=(7)*20%	15.001.915
5. Empréstimos contratualizados e não refletidos na dívida		(9)	3.866.000
6. Margem efetivamente disponível		(10)=(8)-(9)	11.135.915

Apresentando o Município margem disponível para aumentar a dívida total, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o nº 5 do art.º 49 da Lei nº 73/2013, de 3 setembro, a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante de 2.560.000,00€ (dois milhões quinhentos e sessenta mil euros), à Caixa Geral de Depósitos, por esta entidade bancária apresentar as condições financeiras mais favoráveis, menor spread e, consequentemente, menores encargos financeiros, nas condições e termos da proposta apresentada.»

O **Sr. Presidente** regressa à sala, retomando os trabalhos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 8 – Empréstimo bancário de curto prazo para reforço de tesouraria.

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 02_24-24:

«Considerando que os Municípios podem contrair empréstimos a curto prazo junto de quaisquer instituições autorizadas por lei para ocorrer a dificuldades temporárias de tesouraria, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º e no n.º 1 do artigo 50.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais);

Considerando que amortização do empréstimo deverá ser efetuada até ao final do exercício económico do ano da contratação;

Considerando que a presente contratação se enquadra nos limites da dívida total do Município, de acordo com estipulado no art.º 52.º da Lei nº 73/2023, de 3 de setembro, conforme se constata pela aferição da dívida total à data de 30 de setembro de 2024;

Quadro - Aferição da Dívida Total (setembro 2024)			
1. Limite dívida total			
Receita corrente líquida	2021	(1)	55.065.172
	2022	(2)	62.219.288
	2023	(3)	61.929.713
Média da Receita Corrente		(4)=(1+2+3)/(3)	59.738.058
Limite dívida total		(5)=(4)*1,5	89.607.087
2. Endividamento		(6)	14.597.514
3. Margem total disponível		(7)=(5)-(6)	75.009.573
4. Margem utilizável		(8)=(7)*20%	15.001.915
5. Empréstimos contratualizados e não refletidos na dívida		(9)	3.866.000
6. Margem efetivamente disponível		(10)=(8)-(9)	11.135.915

Considerando, ainda, o comportamento histórico das receitas próprias do Município nos primeiros meses de cada ano económico;

Torna-se prudente promover um processo de consulta às instituições financeiras para que, no início do próximo ano, estejam reunidas as condições para contração de um empréstimo de curto prazo até ao máximo de 3.000.000,00 € (três milhões de euros) a ser utilizado sempre que se justifique e a ser amortizado até 31 de dezembro, conforme o estipulado no n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Nesse sentido, propõe-se, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 50º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que a Câmara Municipal aprove para submissão a deliberação da Assembleia

Municipal, a autorização de abertura de procedimento de contratação do empréstimo de curto prazo para o ano 2025, com base nos seguintes requisitos:

A. Consulta das entidades bancárias

- ABANCA, Corporación Bancária
- Banco Português de Investimento
- Banco Santander Totta
- Caixa Geral de Depósitos
- Crédito Agrícola
- Millennium BCP
- Montepio Geral
- Novo Banco

B. Condições

- Natureza do empréstimo: empréstimo de curto prazo;
- Montante: Até 3.000.000,00 €
- Finalidade: Necessidades de tesouraria;
- Prazo do empréstimo: até 31/12/2025;
- Período de Carência: Não há período de carência do empréstimo.
- Prazo de Utilização: A utilização do capital ocorrerá no primeiro semestre de 2025;
- Amortização de capital: o capital do empréstimo é amortizado integralmente até 31/12/2025. O Município de Palmela poderá proceder à amortização parcial do empréstimo, através de simples comunicação por escrito;
- Propostas: Não são admitidas propostas variantes;
- Pagamentos juros: Trimestrais;
- Taxa de Juro: Indexada à Euribor a 12 meses;
- Comissões: Isento;

A adjudicação do presente empréstimo bancário será efetuada à entidade bancária cuja proposta acarrete, no global, o menor volume de encargos financeiros para o município, ou seja, à proposta que apresente um *spread* mais baixo.

Em caso de empate em 1.º lugar entre duas ou mais propostas o desempate será efetuado na sequência de sorteio, a realizar em sessão pública, para a qual todos os interessados serão

convocados, e da qual será lavrada ata. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração. Será adjudicada a proposta sorteada em 1.º lugar.

C. Júri

- Presidente – Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos;
- Vogal Efetivo – Gonçalo Nuno de Oliveira Grilo Rocha Neto, Chefe da Divisão de Finanças e Aprovisionamento;
- Vogal Efetivo – Maria Isabel Fonseca Remechido, Técnica superior da Divisão de Finanças e Aprovisionamento;
- Vogal Suplente – Susana Maria da Costa Caldeira, Técnica superior do Gabinete de Planeamento e Controlo Financeiro;
- Vogal Suplente – Florbela Cristina Cabete Silvério, Técnica superior do Gabinete de Planeamento e Controlo Financeiro.

Propõe-se ainda a delegação no Presidente da Câmara da aprovação do relatório de análise das propostas, adjudicação, minuta e assinatura do respetivo contrato de empréstimo.»

O **Sr. Vereador Luís Calha** complementa a apresentação da presente proposta aduzindo alguns elementos que lhe parecem importantes para conhecimento dos(as) Srs.(as) Vereadores(as). Dá nota que a última deliberação de contração do empréstimo dessa natureza foi em 2013 para apoio à tesouraria e não chegou a ser utilizado, pelo que estão a falar de um empréstimo que pode vir a não ser utilizado. Refere que proposta trazida está relacionada, por um lado, com a diminuição significativa do saldo de gerência que segundo, já foi referido, deverá reduzir-se para cerca de 6 milhões em 2024 e, por outro e não menos importante, ou mais importante, com os atrasos na transferência por parte da Administração Central de participações devidas ao Município por execução de projetos e ações candidatas a fundos comunitários, ou objeto de contratos-programa para a execução de obras da responsabilidade da Administração Central. Refere também que, para se ter uma ideia do impacto desses atrasos, alguns de quase um ano, no início do mês de novembro eram devidos ao Município reembolsos no valor de 4,7 milhões de euros. Esclarece que, podendo esses reembolsos não entrarem em devido tempo e gerar desequilíbrio de tesouraria, importa acautelar no próximo exercício orçamental, em particular nos próximos meses e primeiros meses do ano, essa situação, pelo que a presente proposta é, acima de tudo, um exercício de prudência orçamental.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 9 – Alienação de terrenos – Hasta Pública.

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 03_24-24:

«No atual contexto orçamental torna-se necessário obter fontes de financiamento alternativas para assegurar a execução dos investimentos previstos nos documentos previsionais para 2025, em particular os que terão de ser financiados, total ou parcialmente, por recursos próprios.

Assim, considerado:

- a existência de ativos imobiliários municipais de domínio privado, designadamente lotes de terreno para construção urbana;
- que, em termos urbanísticos, vários destes terrenos constituem lotes, cuja utilização para edificação representa uma consolidação das respetivas áreas loteadas;
- que a rentabilização e valorização dos ativos imobiliários municipais assentará pela identificação dos ativos que devam ser classificados como estratégicos e não estratégicos e, dentro destes, pela definição e execução de um conjunto de medidas que potencie a sua rentabilização;
- que os ativos imobiliários não estratégicos foram avaliados de acordo com os respetivos parâmetros urbanísticos;
- que, à data, é possível identificar um conjunto de ativos imobiliários municipais não estratégicos, suscetíveis de alienação em hasta pública, bem como definir os respetivos termos e condições de alienação;

Propõe-se:

- A. que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o art.º 25.º, n.º 1, alínea g), conjugado com o art.º 33.º, n.º 1, alínea ccc), ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), a autorização para a alienação dos terrenos municipais identificados no quadro 1, através da realização de uma hasta pública sujeita às seguintes condições:
1. Podem intervir no ato público quaisquer interessados na aquisição ou seus representantes, devidamente identificados e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para o efeito.
 2. Os interessados deverão requerer, junto da Câmara Municipal de Palmela a sua inscrição como licitantes no ato, até às 15H00 do último dia útil anterior à realização da sessão pública de licitação, tomando conhecimento das condições definidas e que regem a Hasta Pública.

3. A arrematação em hasta pública decorrerá perante uma comissão, constituída por um presidente, dois vogais efetivos e uma secretária, que por questões de funcionalidade poderá ser apoiada por quaisquer outros funcionários municipais.
 4. Todos os candidatos devem apresentar o seu nome, número fiscal de contribuinte, número do cartão de cidadão e domicílio, ou no caso de ser uma pessoa coletiva, a denominação social, número fiscal de pessoa coletiva e morada da sede.
 5. A licitação iniciar-se-á com a apresentação da proposta de valor igual ou superior ao valor mínimo de licitação.
 6. Na licitação subsequente não serão aceites lances inferiores a 500,00€ (quinhentos euros).
 7. A licitação termina quando o Presidente da Comissão tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.
 8. Se o ato de arrematação ficar deserto a Câmara Municipal de Palmela reserva-se o direito de alienar os bens através de outro procedimento.
 9. O adjudicatário de cada um dos imóveis deverá prestar sinal, até às 15H00 do segundo dia útil imediato à adjudicação, correspondente a 10% do valor da venda, fazendo a entrega desse valor na tesouraria da Câmara Municipal de Palmela.
 10. A escritura de venda celebrar-se-á no prazo máximo de 60 dias a contar da data da adjudicação, efetuando-se em simultâneo com a realização da escritura o pagamento da diferença entre o valor da venda e do sinal prestado.
 11. O valor do sinal não será devolvido caso a escritura de venda não se celebre no prazo previsto no número anterior, por motivo imputável ao adjudicatário.
 12. As despesas inerentes à celebração da escritura de venda e respetivos registos, bem como quaisquer impostos ou taxas que sejam devidos, constituem responsabilidade do comprador.
 13. Caso a venda não seja realizada ao 1.º adjudicatário, a Câmara Municipal de Palmela notificará o último licitante antes do primeiro adjudicatário para, querendo, prestar sinal, no prazo de dez dias úteis, no valor de 10% da última licitação por si apresentada a qual constituirá o novo valor de adjudicação, aplicando-se o acima previsto quanto à celebração da escritura de aquisição.
 14. O disposto no número anterior é aplicável até que sejam notificados todos os licitantes.
- B. Que a comissão encarregue de promover a presente hasta pública seja composta pelos seguintes elementos:
- Presidente: Gonçalo Nuno de Oliveira Grilo Rocha Neto

- Vogais efetivos: Lúcia de Jesus Pereira Cardoso Tavares e Fátima de Jesus Coelho Raposo Felicíssimo
- Vogal Suplente: Susana Maria da Costa Caldeira
- Secretária: Maria Lúcia Botelho da Costa Marçal Santos»

Sobre a proposta Alienação de terrenos – Hasta Pública, DAFRH_DFA 03_24-24, intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que a venda de bens e terrenos é, por vezes, utilizada para equilibrar orçamentos, sendo prática da generalidade dos municípios. Informa que o Município de Palmela não o tem feito, pois tem procurado utilizar os terrenos para permuta e resolução de outras situações e dá nota que continuam com uma bolsa de terrenos para o efeito. Crê que tem existido procura para habitação plurifamiliar, pelo que vão colocar os terrenos em hasta pública.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** questiona, pois não tem conhecimento e não sabe se está descrito na lei, qual a diferença entre ativos estratégicos e não estratégicos, no âmbito da presente proposta.

O **Sr. Presidente** refere que desconhece se essa linguagem é de natureza da elaboração técnica da proposta.

Neste momento alguém intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** refere que pertencem ao domínio privado municipal, tendo sido desafetados do domínio público. Informa que, na generalidade, tratam-se de lotes para construção e pertenceriam ao domínio privado. Reforça que a Câmara Municipal possui outros terrenos, sejam para habitação pública, para permutas ou para negócios que estão a procurar concretizar, dando como exemplo um terreno para a ampliação da Escola de Cabanas.

Conclui, referindo que a base da licitação é muito competitiva e foi objeto de avaliação pericial.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do M CCP. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Educação

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Palmela e Agrupamento de Escolas José Saramago para aquisição de cadernos de atividades – 1.º e 2.º ciclos do ensino básico – Ano letivo 2024/2025 - Acerto.

PROPOSTA N.º DECS_DE 01_24-24:

«No âmbito da aquisição de cadernos de atividades para alunos do 1º e 2º ciclos do concelho, foi deliberado, em reunião de câmara de 17 de julho de 2024, a atribuição de apoio financeiro, no valor de global de € 80 000 (oitenta mil euros), correspondente a um adiantamento para aquisição de cadernos de atividades, referente a 2041 alunos dos 1.º e 2.º ciclos do Agrupamento de Escolas de Palmela e do Agrupamento de Escolas José Saramago.

Após receção dos documentos comprovativos da despesa, com a aquisição de cadernos de atividades, concluiu-se que a verba transferida foi insuficiente, decorrente do aumento de preços dos exemplares e do número de alunos, resultando em saldo negativo para os já referidos Agrupamentos.

Assim, dando cumprimento ao disposto no Decreto-lei n.º 55/2009, de 2 de março, e ao Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, e em conformidade com a alínea hh), do nº 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro, no valor de global de € 5.744,28 (cinco mil, setecentos e quarenta e quatro euros e vinte e oito cêntimos), correspondente ao acerto decorrente da aquisição de cadernos de atividades para os alunos do 1.º e 2.º ciclos, o qual se destina aos agrupamentos abaixo indicados:

1. Agrupamento de Escolas de Palmela - € 4.100,58 (quatro mil e cem euros e cinquenta e oito cêntimos), para acertos referentes a um total de 1.651 alunos (1.089 do 1.º ciclo e 562 do 2.º ciclo);
2. Agrupamento de Escolas José Saramago - € 1.643,70 (mil seiscentos e quarenta e três euros e setenta cêntimos), para acertos referentes a um total de 431 alunos (308 do 1.º ciclo e 123 do 2.º ciclo).

Código Orçamental: 0602/040802

Código GOP: 2.1.1.02.002»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que, o período que se segue, é destinado à intervenção do mesmo, alertando para o Regulamento Geral de Proteção

de Dados e a consequente autorização dos intervenientes para permitir a sua gravação e captação de imagem, desde que seja essa a sua vontade.

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e dez minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco